

Revista CreaPR

ago/set 2013 nº 78

Alternativa eficiente para a mobilidade urbana

O debate sobre o metrô em Curitiba
e a busca pela melhor forma
de implantação

E mais:

Rodada de reuniões
intensifica fortalecimento do
Colégio de Instituições de
Ensino do CREA-PR

2º Seminário Internacional
de Acessibilidade coloca
Engenharia para debater
a inclusão

Projeto de lei que versa sobre
obrigatoriedade da inspeção
predial está parado na Câmara
Municipal de Curitiba

MÚTUA

ATIVA NA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA FORTE PARA O PROFISSIONAL DO CREA

A Mútua participa efetivamente dos Congressos Estaduais e do 8º Congresso Nacional de Profissionais, contribuindo para a modernização do Sistema Confea/Crea e Mútua.

PRESENTE NA VIDA DO PROFISSIONAL DO CREA EM MUITOS MOMENTOS

Associe-se e tenha à disposição os melhores benefícios para a sua carreira e o seu bem estar. Profissional, conte conosco para o seu sucesso!

Central de Relacionamento Mútua
0800 61 0003



Mais qualidade na sua vida



Acesse!

12



Entrevista
Nome forte no Sudoeste

Destaque

Alternativa eficiente para a mobilidade urbana



16



Reportagem infeliz, para dizer o mínimo, a publicada pela revista CREA-PR na edição junho/julho de 2013 - Engenharia no topo do ranking das Universidades.

Infelizmente, profissionais que deveriam se preocupar com a qualidade na formação profissional fazem o contrário. Todas as profissões atuam corporativamente na defesa de sua valorização, já na área da Engenharia ocorre o contrário. Dizer que o Brasil precisa formar mais profissionais é uma fala de quem desconhece o mercado e as Engenharias. Conheço pessoas formadas em Engenharia que nunca trabalharam na área, não por incompetência, mas por falta de campo de trabalho mesmo.

Engenheiro civil André Francisco Seniski

E +

Editorial	4
Giro de Novidades	5
Entidades de classe em foco	6
Institucional	15
Inovação	21
Inspeção	22
Institucional	23
Fiscalização	24
Acessibilidade	26
Agronomia	30
Institucional	33
Instituições de Ensino	34
Profissão	36
Agenda Parlamentar	38
Institucional	39
Responsabilidade Social	41
Artigo	42

Resposta:

Prezado profissional

Recebemos e agradecemos sua manifestação crítica referente à reportagem de capa da edição 77 da revista do CREA-PR. Ressaltamos apenas que o objetivo da matéria foi repercutir junto às principais instituições de ensino do Estado a crescente procura de estudantes pelas Engenharias, que vem crescendo em todo o País.

Assessoria de Comunicação Social do CREA-PR

Recomendo uma matéria de esclarecimento sobre os procedimentos legais com relação ao destino correto de sobras das obras da construção civil, aprofundando uma análise da situação no Paraná. Tenho preocupação com relação a este assunto, pois observo a deposição ilegal destes materiais na beira de estradas rurais.

Atenciosamente

Carlos Roberto Favoretto

Resposta:

Prezado profissional

Agradecemos a colaboração e colocaremos essa ideia em debate na próxima reunião de pauta do Conselho Editorial.

Assessoria de Comunicação Social do CREA-PR

**Sua opinião é importante.
Escreva através do link Fale Conosco
no site www.crea-pr.org.br**

Será o metrô a alternativa mais eficiente para resolver os problemas da falta de mobilidade urbana em Curitiba? Em junho, um seminário promovido pelo CREA-PR em parceria com o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) e Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) discutiu de forma técnica a viabilidade do projeto do metrô de Curitiba. Nesta edição da Revista do CREA-PR debatemos o assunto para ampliar e contribuir com o debate junto aos profissionais e a sociedade.

A acessibilidade é outro tema que recebe bastante atenção do Conselho. No início deste mês, promovemos em Foz do Iguaçu, o 2º Seminário Internacional de Acessibilidade, que contou com a participação de mais de 400 profissionais, estudantes e especialistas no tema. Confira nesta edição a cobertura completa do evento, que ressaltou o papel da Engenharia, Agronomia e Geociências como agentes de inclusão. Por fim, destaco a entrevista exclusiva com o engenheiro agrônomo e prefeito de Pato Branco, Augustinho Zucchi, que falou sobre os desafios de comandar um dos mais importantes municípios do Paraná.

Uma boa leitura e até a próxima edição!

Presidente

Engenheiro civil Joel Krüger



Realização: Mamute Design
Rua Dr. Faivre, 750, 1101
Curitiba (PR) | (41) 3029-9890
www.mamutedesign.com

Apoio:



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



Rua Dr. Zamenhof, 35, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.060-240
e-mail comunicacao@crea-pr.org.br | site www.crea-pr.org.br
Telefones (41) 3350-6700 ou 0800-410067



www.twitter.com/crea_pr



www.facebook.com/creapr

DIRETORIA

Presidente

Engenheiro civil Joel Krüger

1º Vice-Presidente

Engenheiro agrônomo Osvaldo Danhoni

2º Vice-Presidente

Engenheiro civil Herivelto Moreno

1º Secretário

Engenheiro eletricitista Antonio Carlos Dequech José

2º Secretário

Engenheiro civil Nilton de Oliveira Capucho

3º Secretário

Engenheiro mecânico Carlos Alberto Bueno Rego

1º Tesoureiro

Engenheiro agrônomo Luiz Antonio Caldani

2º Tesoureiro

Engenheiro civil Itamir Montemezzo

Diretora Adjunta

Engenheira civil Janilce dos Santos Negrão Messias

CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Câmara Especializada de Agronomia

Coordenador: Engenheiro agrônomo Gilberto Guarido

Câmara Especializada de Engenharia Civil

Coordenador: Engenheiro civil Luiz Capraro

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica

Coordenador: Engenheiro eletricitista Sérgio Luiz Cequinel Filho

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica

Coordenador: Engenheiro mecânico Elmar Pessoa Silva

Câmara Especializada de Engenharia Química, Geologia e Minas

Coordenador: Engenheiro químico Ernesto Galvão Ramos de Carvalho

Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho

Coordenador: Engenheiro de segurança do trabalho Antonio Cezar

Carvalho Benoliel

CONSELHO EDITORIAL

Joel Krüger (presidente), Osvaldo Danhoni (CEA), Itamir Montemezzo (CEEC), Antonio Carlos Dequech José (CEEE), Alessandra Lobo de Santos Souza (CEEQ), Carlos Alberto Bueno Rego (CEEMM), Osni Pereira (CEEST), Antonio Cezar Benoliel (Comissão de Valorização Profissional), Rolf Gustavo Meyer (Ouvidor do CREA-PR), Sérgio Leite (colaborador)

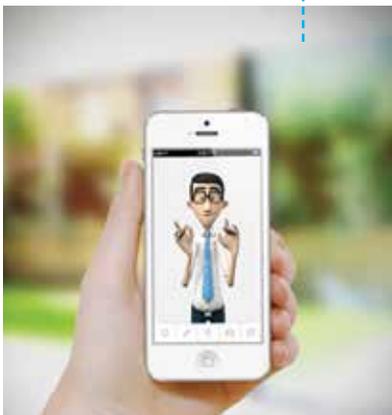
Coordenação Felipe Pasqualini
Editora Daniela Licht
Editora-adjunta Adriana Mugnaini

Reportagem Adriana Mugnaini, Ana Maria Ferrarini, Daniela Licht e Vandré Dubiela
Fotos Agrostock, Divulgação, IPPUC, Felipe Pasqualini, João Quaquio, Joka Madruga, Silvio Vera e Vandré Dubiela
Pesquisa Heloisa Camargo
Arte Marcus Brudzinski
Editor de imagens e ilustrações Rafael Camargo
Diagramação Angélica Francisco
Jornalista responsável Daniela Licht - MTB 3791/15/15v
Impressão Serzgraf
Departamento comercial (41) 3029-9890 - comercial@mamutedesign.com
Tiragem 60 mil exemplares

Fotos: Divulgação

Aplicativo Hand Talk promove inclusão escolar

O **HandTalk** é um aplicativo para tablet e celular que auxilia o acesso à escola de crianças e jovens que encontram barreiras na aprendizagem. Vencedor do prêmio WSA-Mobile, promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas), traduz em tempo real qualquer palavra ou frase em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para Ronaldo Tenório, um dos fundadores da ferramenta, a tecnologia pode colaborar com o aumento do acesso de crianças com deficiência auditiva nas escolas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000 mostraram que a população de surdos com idade escolar ultrapassava os 350 mil. Dez anos depois, o Censo Escolar apontou que apenas 70 mil estavam devidamente matriculados nas escolas. ▶



Retrato da ascensão dos orgânicos no Brasil

“**Alimentos Orgânicos no Brasil – História, Cultura e Gastronomia**”, obra da Editora Esplendor, é o primeiro livro brasileiro a abordar o tema “orgânicos” com linguagem jornalística. Mercado, legislação, meios de certificação, primeiros produtos orgânicos no Brasil e casos bem sucedidos de diferentes culturas orgânicas em diversos pontos do País, nada escapou da reportagem dos jornalistas Eduardo Sganzerla e Rafael Moro Martins.

Editado com apoio da Lei Roaunet de Incentivo à Cultura, o livro preenche uma lacuna bibliográfica e pode ser encontrado nas principais livrarias do País por R\$ 80. Com capa dura, 208 páginas e cerca de 150 imagens do fotógrafo Diego Singh, o livro traz também um capítulo dedicado à gastronomia, com entrevista com o chef francês Claude Troisgros e uma reportagem com o chef curitibano Marcelo Amaral. ▶

Agenda

- Congresso paranaense de Engenheiros Agrônomos – www.areac.org.br
- 1º Ciclo de Palestras sobre Rodovias – www.aeam.eng.br/evento/id/122
- Congresso Mundial de Túneis 2014 – www.wtc2014.com.br
- GEOSUL 2013 – www.geosul2013.com.br

Revista Brasileira de Geomática

A **Revista Brasileira de Geomática** é um periódico eletrônico de divulgação técnica e científica editado pelo professor Claudinei Rodrigues de Aguiar, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) do Campus Pato Branco. A proposta é publicar artigos científicos originais, trabalhos de iniciação científica, textos relacionados ao ensino, pesquisa e extensão e trabalhos em todas as áreas relevantes que envolvam as Geotecnologias. A Revista Brasileira de Geomática pode ser acessada em <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/RBGeo> ▶



Por Adriana Mugnaini
Fotos: Divulgação

Convênio Campo Fácil para famílias de Ubitatã



O prefeito de Ubitatã, engenheiro agrônomo Haroldo Duarte, e engenheiros de Cascavel e da região Oeste acompanharam em maio a assinatura do convênio Campo Fácil entre a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale Piquiri (AEAVP) e o CREA-PR. O programa presta assessoria agrônômica para agricultores familiares de Ubitatã, a fim de melhorar a qualidade de vida a partir do aumento da produtividade e renda. O programa conta com um profissional e um veículo que auxiliará a AEAVP no atendimento das famílias conve-

niadas. “Beneficiaremos 35 famílias já cadastradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com área de no máximo 40 hectares”, diz o presidente da AEAVP, engenheiro agrônomo Anderson Cruz. Segundo ele, as famílias não possuem assistência técnica especializada para pequenas culturas, nem acesso ao crédito rural, por falta de informação. “Nossa entidade de classe e o CREA-PR receberão um respaldo maior perante a sociedade com a divulgação dos resultados do convênio”, finaliza. ■

Workshop sobre Cultura do Milho é destaque na Exporural

A 1ª Exposição Feira do Agronegócio e Agricultura Familiar de Pato Branco-Exporural 2013, realizada no final de julho no Parque de Exposições, promoveu palestras e atividades sobre a cadeia leiteira e a horticultura. Um dos temas que atraiu a atenção dos participantes foi o Workshop sobre Cultura do Milho, promovido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco (AEAPB) e a Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR). A cultura do milho tem muita representatividade no Sudoeste do Estado pelos seus múltiplos usos, como a alimentação do rebanho leiteiro da região, o maior do Paraná. “Por ter

um custo de produção mais elevado que a soja, muitas vezes o milho é preterido, por isso a necessidade de fomentar a discussão de práticas que promovam aumento de produtividade, preferencialmente com menores custos”, diz o diretor técnico da AEAPB, engenheiro agrônomo Luís César Cassol. Participaram da Exporural produtores da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Pato Branco, do projeto Mulheres Rurais, de Mariópolis, Salgado Filho, Marmeleiro e Bom Sucesso do Sul, divididos em 12 estandes comercializando frutas, verduras, embutidos, bebidas, orquídeas e peças artesanais. ■

Estrada rural de Pato Branco é inaugurada após obras de infraestrutura

Tema do Estudo Básico de Desenvolvimento Municipal (EBDM) de Pato Branco em 2012, a melhoria de estradas rurais é uma das metas do secretário municipal de Agricultura, engenheiro agrônomo Clodomir Ascari, também presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco (AEAPB), autora do projeto. Como parte deste planejamento, a primeira via readequada, a estrada principal da Linha Damasceno, foi inaugurada em final de junho. O trecho de 4,1 quilômetros tem intervenções de alargamento, instalações de contenções de água pluvial e cascalhamento. As obras foram viabilizadas por meio de uma parceria entre a Prefeitura e a Sanepar. “Até o final do ano, pretendemos concluir dez quilômetros de estradas readequadas. E o grande objetivo é interligar o plano viário urbano com o rural”, explica



Ascari. O presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, participou da inauguração da estrada, junto com autoridades da região. ▶

Agiliza Obras é sancionado em Londrina

O prefeito de Londrina, Alexandre Kireef, sancionou no início de junho a Lei Municipal nº 11.849/2013, conhecida como “Agiliza Obras”, que acelera a aprovação e concessão de alvarás para residências comuns, residências geminadas sem limite de área total, assim como edificações comerciais com área total construída de até 100 m². Agora, a concessão de alvarás para essas obras será de até 15 dias. O projeto é uma reivindicação do CREA-PR, Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina (CEAL), Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná

(Sinduscon-PR) e foi pautado nas reuniões da Agenda Parlamentar. “Com a melhoria no processo de aprovação, a quantidade de obras em execução é maior, agilizando o processo construtivo e influenciando positivamente toda a cadeia da construção civil”, diz o diretor do CREA-PR, engenheiro civil Nilton Capucho. Antes, os projetos levavam de quatro meses a um ano para obter a aprovação municipal.

De acordo com a engenheira civil Maria Clarice Oliveira Rabelo Moreno, presidente do CEAL, há uma divisão de tarefas entre o município, profissionais e donos de imóveis, pois a administração pública irá analisar ape-

nas parâmetros urbanísticos, como zoneamento, recuo e altura da construção. “O espaço interno das obras residenciais é definido entre o profissional que elabora o projeto arquitetônico e o proprietário. Na obtenção do Habite-se, as normas do Código de Obras do município serão conferidas e devem ser respeitadas”, afirma. As construções que se enquadram na nova lei representam 60% dos projetos analisado na Prefeitura. Em 2012, foram concedidos 4.603 alvarás. Lei semelhante já está em vigor em Cascavel, Foz do Iguaçu e Maringá. ▶



Confira na revista eletrônica do CREA-PR a Lei nº 11.849/2013 (Agiliza Obras) na íntegra ▶

Nova diretoria na Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina

O engenheiro agrônomo João Nunes Benito foi empossado em julho como novo presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina (AEA-LD), que tem como vice-presidente o engenheiro agrônomo Oswaldo Calzavara. A gestão será até 2015, com a meta de fortalecer a entidade e ampliar o quadro associativo. “A AEA-LD é uma entidade muito representativa e reconhecida no meio das entidades de classe. Vamos trabalhar agora para promover uma maior ligação com os profissionais das revendas, das cooperativas e institutos de pesquisa, buscando o fortalecimento também nesse meio”, diz Benito. ▶



Entidades em reunião com o prefeito de Guarapuava

O presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, participou de reunião com o prefeito de Guarapuava, Cesar Silvestri Filho, como parte da programação da Agenda Parlamentar local. Na pauta, a parceria de fiscalização entre o Conselho e a Prefeitura e a entrega de três EBDMs, que propõem melhorias no trânsito, a construção de um restaurante popular e a implantação de cinturões verdes em distritos industriais. Krüger também falou sobre a valorização dos quadros técnicos da

Prefeitura e a implantação de um sistema de acompanhamento eletrônico de todos os procedimentos afetos aos profissionais vinculados ao Sistema CONFEA/CREA que dependem da aprovação do Executivo. Também participaram do encontro os presidentes da Associação Profissional dos Geógrafos do Estado do Paraná (APROGEO-PR), geógrafo Robson Ferreira de Paula, da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarapuava (AEAG), engenheiro civil Massanori Hara, e da Associa-



ção dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO), engenheiro agrônomo José Roberto Papi, além do gerente regional do CREA-PR, engenheiro electricista Thyago Giroldo Nalim, inspetores e conselheiros. ►

Ações sociais mostram papel do engenheiro agrônomo



Os alunos do ensino fundamental de Guarapuava aprendem sobre a preservação do meio ambiente, produção de alimentos e as atribuições de um engenheiro agrônomo por meio de uma ação desenvolvida pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava (AEAGRO). Há seis anos a entidade organiza atividades, como palestras e concursos, para despertar a consciência dos estudantes sobre a importância da preservação do meio ambiente. “São apresentações animadas sobre meio ambiente,

reciclagem, preservação da água, efeito estufa, produção de alimentos orgânicos, a profissão de agrônomo e suas responsabilidades na produção de alimentos e na conservação do meio ambiente”, explica o presidente da AEAGRO, engenheiro agrônomo José Roberto Papi. “É muito gratificante ver a reação das crianças durante e após as palestras, elas assistem com atenção e demonstram a sua satisfação. Desde o início do projeto, já atingimos cerca de 3,5 mil alunos”, conclui Papi. ►

APETRA coordena reunião com vereadores em Arapoti



Em junho, a Associação Paranaense de Engenheiros e Técnicos da Região Agromadeireira (APETRA) e o CREA-PR participaram da Agenda Parlamentar em Arapoti, acompanhada por representantes da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, de empresas, profissionais da Engenharia e Agronomia da região e dirigentes da entidade. Além da entrega do EBDM sobre Mobilidade Urbana, foram debatidos o trânsito, estacionamentos e a carência do transporte coletivo urbano e rural. “Foi muito produtivo e importante inserir a APETRA neste contexto.

Agora, pretendemos estabelecer uma relação mais próxima e contínua com os legisladores, a Prefeitura, os profissionais do CREA-PR, as associações de bairro e a comunidade carente”, declara o presidente da APETRA, engenheiro civil Eugênio Márcio de Carvalho.

Um termo de cooperação foi assinado para que a APETRA preste apoio técnico à Câmara na discussão e elaboração de projetos de lei referentes à Engenharia. Também na ocasião, os parlamentares se dispuseram a colaborar para encontrar um local para sediar a APETRA. ►

Criada primeira associação de engenheiros têxteis do Paraná

Por conta do alto número de formandos na área de engenharia têxtil, o professor de engenharia têxtil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Apucarana, Flávio Avanci de Souza, e o CREA-PR se mobilizaram para criar a Associação Paranaense dos Engenheiros Têxteis (APET). A fundação

da entidade foi formalizada em junho e, até a eleição da diretoria, Avanci estará à frente da associação.

“Entre os objetivos, estão congregar os engenheiros têxteis atuantes do Paraná, defender e representar a classe, promover eventos e ações e buscar a integração entre os diversos profissionais da área”, informa. Já está em

ASENARAG tem nova diretoria

O engenheiro civil Marcos Antonio de Almeida Ferreira foi empossado em julho como presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Arapongas (ASENARAG), para o biênio 2013-2015. A nova diretoria, composta por sete membros, tem na vice-presidência o engenheiro de produção Sérgio Oeda. A ASENARAG possui 128 membros e, segundo Ferreira, a sua gestão será voltada ao social, com a prestação de serviços voluntários nas áreas de seus associados. “Como já vinha acontecendo na gestão anterior, queremos continuar ajudando a população mais carente, através de assistência profissional gratuita”, diz. ►



Confira a entrevista completa com Flávio Avanci de Souza, a ata e o estatuto da APET na revista eletrônica do CREA-PR



Trânsito e mobilidade urbana debatidos em Jaguariaíva

Com uma população de pouco mais de 33 mil habitantes, Jaguariaíva também sofre um problema crônico das grandes cidades: o trânsito. Para discutir soluções e apresentar sugestões aos gestores públicos, a Associação Paranaense de Engenheiros e Técnicos da Região Agromadeireira (APETRA) promoveu em junho a Agenda Parlamentar para entregar o EBDM “Melhoria no Trânsito e Mobilidade Urbana” aos membros da Prefeitura. A reunião teve a presença do diretor Municipal de Infraestrutura, tecnólogo civil Luciano Pereira, da secretária municipal de Infraestrutura, Marina Balloni, de re-



presentantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Jaguariaíva (ACIAJA), da Faculdade Jaguariaíva (ULT-FAJAR) e do CREA-PR.

“Apresentamos o EBDM aos participantes e conversamos com os gestores a respeito de ações de curto e médio prazo para melhorias no município. Tam-

bém nos deixamos à disposição para colaborar com o trânsito”, diz o diretor da APETRA e inspetor do CREA-PR, engenheiro civil Homero Nanni Rinaldi Neto. Durante o encontro, a ACIAJA também manifestou interesse em ser um parceiro efetivo da Prefeitura para solucionar a questão no município. ▀

Agenda Parlamentar em Umuarama

No início de junho, mais de 50 profissionais e diretores da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná (AEANOPAR) e da Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Umuarama (AREAU) realizaram a Agenda Parlamentar em Umuarama. O grupo entregou aos gestores do Executivo e do Legislativo os EBDMs elaborados pelas entidades da região, com os temas “Plano de Expansão, Mobilidade Urbana e Acessibilidade” e “Instalação do Centro de Difusão de Tecnolo-

gia Agropecuária”. O encontro aconteceu durante uma sessão ordinária da Câmara de Vereadores e também teve a participação do vice-prefeito, engenheiro civil Sérgio Frederico.

“O crescimento da cidade deve ser acompanhado para que as adequações necessárias sejam feitas a tempo e, para isso, critérios técnicos devem ser estabelecidos”, comenta o presidente da AEANOPAR, engenheiro civil Jerson Godoy Leski, que estava no grupo que liderou os trabalhos da Agenda Parlamentar.

De acordo com o vice-prefeito de

Umuarama, a gestão municipal busca a parceria com entidades que contribuam efetivamente para a região. “É importante termos ideias e projetos que traduzam o pensamento coletivo, trazidos por profissionais da área, como no caso do CREA-PR e das entidades. Os EBDMs serão analisados e enquadrados aos projetos que compõem as diretrizes da gestão. Serão inclusos nos projetos em andamento e contemplados com os recursos que iremos buscar para viabilizar a sua execução”, conclui Frederico. ▀

Confraternização marca posse da nova diretoria da AEAPR

Para empossar os membros da gestão 2013-2015 da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná-Curitiba (AEAPR), um evento foi realizado em junho na Cabana Fazenda Canguiri, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integram a diretoria executiva os profissionais Hugo Reis Vidal (presidente), Robson Mafioletti (diretor técnico e social), Edhna Maftum (diretora administrativa), Manfred Schmid (diretor financeiro) e Luiz Antonio Lucchesi (diretor de política profissional). A Associação ainda é composta pelo Conselho Fiscal (membros efetivos e suplentes), Comissão de Ética

Profissional (membros efetivos e suplentes) e Grupos de Trabalhos (Minor Crops, Laboratórios, Agroecologia, Colônia de Férias e Associação Jovem).

“Nossas propostas para esta gestão incluem a profissionalização do setor de viveiros de mudas, a capacitação prática e técnica para uso de diferentes equipamentos de pulverização e, ainda, levamos a bandeira do engenheiro agrônomo como autoridade profissional, praticando a Agronomia com recomendações ‘off label’ nutricionais e fitossanitárias”, explica o presidente da AEAPR, engenheiro agrônomo Hugo Reis Vidal. ▀

Câmara de Vereadores e Prefeitura de Maringá recebem Agenda Parlamentar

A Agenda Parlamentar de Maringá foi realizada em duas etapas: primeiro a participação na sessão ordinária da Câmara de Vereadores, segundo uma visita à Prefeitura Municipal. Participaram dos encontros membros da Associação Maringaense de Engenheiros Agrônomos (AMEA), Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá (AEAM), Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), Academia Euclides da Cunha e CREA-PR.

Na primeira fase, foram os entregues os EBDMs sobre “Municipalização do Licenciamento Ambiental”, “Mobilidade Urbana” e “Arborização Urbana”. Na ocasião, também foram discutidas sugestões de requisitos para a implantação do cargo de Analista Técnico. “Na reunião da Câmara, os vereadores falaram sobre a necessidade de ter em seu quadro técnico um profissional de Engenharia. Entregamos a legislação pertinente e uma lista das prefeituras que já contam com a atuação de engenheiros”, explicou o coordenador do Colégio de Entidades Regional de Maringá (CDER-RMGA), engenheiro civil Samir Jorge. “A Agenda foi importante para esclarecer dúvidas dos vereadores, principalmente na municipalização do licenciamento ambiental. Em 2009, a Agenda sugeriu a necessidade da criação de uma lei de inspeção predial, promulgada em 2012”, fa-

lou o vice-presidente do CREA-PR, engenheiro agrônomo Osvaldo Danhoni. Na Prefeitura, a comitiva também contou com a presença do presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, e participaram do encontro o prefeito Carlos Roberto Pupin, o vice-prefeito Cláudio Ferdinandi, secretários e as entidades de classe de Maringá. Na pauta, a valorização profissional e a questão salarial dos engenheiros da Prefeitura. ►



AEARN participa do workshop de trânsito em Rio Negro

Engenheiros e sociedade de Rio Negro e Mafra participaram de workshop para propor soluções aos problemas de trânsito. Esta foi a tônica do “Wokshop sobre trânsito”, realizado em Rio Negro, e que teve a presença de profissionais da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Rio Negro (AEARN), engenheiros da Câmara Técnica de Mobilidade do CREA-PR, técnicos do SETRAN, representantes do quadro técnico da Prefeitura, da sociedade civil organizada, como Associação Comercial, Sindicato do Comércio, Corpo de Bombeiros, vereadores e demais interessados.

Dentre as palestras, a AEARN falou sobre “Diagnóstico e contribuições para a melhoria do trânsito na cidade”. Depois, uma visita aos pontos críticos do município, debates e



definição de estratégias e diretrizes de trabalho. A expectativa do presidente da AEARN, engenheiro civil Rogério Pinto Pinheiro, é que as propostas apresentadas no evento sejam implantadas efetivamente. “Foi um encontro muito produtivo, com apresentação do cenário e seus pontos críticos e saída a campo a es-

tes locais com os mapas da cidade a fim de fazer um estudo da melhor circulação urbana dos veículos”, fala Pinheiro. Ele ainda afirmou que foram desenhadas propostas de intervenções econômicas a curto prazo, como inversão de fluxo de veículos, modificações nos estacionamentos e sinalização vertical e horizontal. ►

Foto: Divulgação



Nome forte no Sudoeste

Engenheiro agrônomo assume Prefeitura de Pato Branco e reforça a importância de quadros técnicos compostos por profissionais das áreas tecnológicas

Por Adriana Mugnaini

Natural de Itapejara D'Oeste, o engenheiro agrônomo Augustinho Zucchi (PDT) fez carreira na Assembleia Legislativa com mandatos consecutivos desde 1994, afastado apenas para concorrer à Prefeitura Municipal de Pato Branco. Em uma eleição acirrada, Zucchi garantiu a vitória com 50,67% dos votos válidos. Com forte ligação com a terra, seus pais Albino e Verena Zucchi foram pequenos agricultores, Zucchi marcou sua carreira política atuando em defesa da agricultura paranaense. Agora encara um novo desafio à frente da administração municipal de uma das cidades mais importantes do Sudoeste do Paraná, apostando em quatro diretrizes para obter sucesso em sua gestão: diálogo permanente, decisões com base em critérios coletivos, planejamento e a orientação técnica. Confira a entrevista completa.

Revista CREA-PR - Qual a importância da presença de profissionais nos quadros técnicos dos municípios?

Agostinho Zucchi - Temos quatro prerrogativas utilizadas na administração municipal desde o início de 2013. O planejamento a partir do plano de governo, diálogo permanente, decisões com base em critérios coletivos e a orientação técnica. Nesse contexto, a participação de profissionais em diversas áreas é fundamental do planejamento à execução das obras e projetos. Inclusive, montamos uma equipe de governo orientada por critérios técnicos, sem olhar o lado político partidário, mas sim o currículo e experiência técnica de cada um.

Qual a importância da participação das associações nas questões técnicas que envolvem profissionais da Engenharia e Agronomia?

O diálogo permanente com as entidades estará sempre presente no nosso governo. E as associações técnicas como o CREA-PR, a Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco (AREA-PB), a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco (AEA-PB), bem como as demais, serão sempre bem-vindas a participar com suas sugestões ou críticas, quando feitas em favor do município de Pato Branco.

Na sua opinião, qual a importância das ações da Agenda Parlamentar do CREA-PR e qual relevância terão essas sugestões em sua gestão?

Ainda na campanha, nos reunimos com representantes do CREA-PR e profissionais da área para debater temas relativos ao desenvolvimento sustentável do município. A Agenda Parlamentar, bem como os Estudos Básicos de Desenvolvimento Municipal (EBDMs), são ferramentas que devem ser assimiladas pelos gestores públicos em seu governo, justamente por terem uma orientação técnica com aval do Conselho.

Um dos temas do Estudo Básico de Desenvolvimento Municipal (EBDM) em Pato Branco são as estradas rurais. Há um planejamento para a readequação dessas vias? Existe alguma parceria com o poder público estadual?

Nós temos como meta readequar as estradas rurais e já fizemos isso neste ano em três comunidades. Fazemos a readequação pensando em levar na sequência o calçamento. E não vamos fazer calçamento sobre estradas que não estiverem readequadas, porque estaríamos sendo irresponsáveis com o dinheiro público. O produtor rural precisa de estradas e vamos trabalhar para fazer a maior intervenção de readequação e calçamentos da história do município.

Temos a parceria do Governo do Estado com a Patrulha Campo para realizar as melhorias das estradas do interior, um projeto importante e estratégico para a agricultura do Paraná.

O município conta com engenheiro de trânsito em sua equipe? Quais as medidas para melhorar o tráfego compartilhado entre os diferentes modais na cidade?

Ainda não contamos com engenheiro de trânsito, mas temos o cargo criado e estamos procurando. Sobre as medidas para melhorar o tráfego, pensando na mobilidade urbana que é um dos desafios do nosso plano de governo, trabalhamos diariamente em projetos e soluções para Pato Branco. Criamos a Secretaria de Planejamento Urbano, redefinimos o papel do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Pato Branco (IPPUPB), conforme pedido dos próprios profissionais, e estruturamos as equipes que integram esses setores para termos um trabalho mais técnico e humanizado no trânsito.

Um dos projetos para a cidade é a criação do contorno Norte, realizado pelo Governo do Estado e que será uma perimetral importante para desviar o tráfego pesado e orientar uma nova zona de expansão urbana.

Ainda temos em andamento a proposta de modernização e ampliação do aeroporto municipal; estamos revisando o plano diretor e temos um projeto pronto e recursos garantidos para criar uma grande avenida ligando as regiões Oeste e Norte, gerando uma alternativa moderna e segura para o trânsito de Pato Branco.

Para amenizar o problema do asfalto vencido e ruas esburacadas, principalmente em bairros, implantamos o Programa Asfalto nos Bairros, com a recuperação de 25 ruas e 334 mil m² em licitação ou projeto, o que vai atender grande parte da demanda.

A Prefeitura tem intenção de contratar mais profissionais das áreas da Engenharia para trabalhar principalmente nas Secretarias de Obras, Planejamento e IPPUPB?

Como temos na orientação técnica um pressuposto de atuação, vamos buscar sempre novos profissionais, de preferência por concurso, para atuar nessas áreas estratégicas para o desenvolvimento do município. Admitimos neste ano mais três engenheiros civis, dois arquitetos e um engenheiro agrônomo.

Já está prevista a revisão e posterior sanção do código de obras do município?

Sim, como estamos revisando o plano diretor, também faremos a revisão deste código, pois precisamos atualizá-lo.

Qual a sua proposta para o saneamento básico no município e já existem ações em andamento?

Em parceria com a Sanepar, estamos com obras de ampliação da rede coletora de esgoto em andamento e vamos trabalhar para levar a rede para mais bairros. Nesta etapa, passaremos de 77% para 82% de atendimento com rede de esgoto.

A questão do saneamento básico vai além do esgoto. Atuaremos também no saneamento ambiental, que envolve a questão da água no interior e na cidade, a coleta seletiva do lixo, a logística reversa, arborização, o controle de cheias e inundações com intervenções estruturais com drenagem pluvial e reservatórios para amortecimento de cheias.

No que concerne ao recolhimento do lixo doméstico, estamos inovando com a instalação automatizada do processo de recolhimento do reciclável, utilizando containers. Adquirimos ainda três novos compactadores de lixo para a coleta dos resíduos domésticos orgânicos, com os quais poderemos melhor atender a nossa população.

O senhor prevê ações de acessibilidade nas vias do município? Qual a sua proposta para esta gestão?

Temos como meta a revitalização de calçadas, que, assim como as demais obras, terão atenção especial no que se refere à acessibilidade. É uma questão de inclusão e direito de quem precisa se locomover e acessar logradouros e vias públicas.

De que forma Pato Branco pode assumir um papel de protagonista na região, já que é um importante polo agrícola e industrial do Paraná?

Pato Branco é um polo consolidado na região em saúde, educação, indústria, comércio, agronegócio e tecnologia. Em vários destes setores, inclusive, somos referência no Estado. O grande desafio de uma administração pública com esse modelo constituído está na ampliação desses potenciais. Para isso, temos que ser criativos e apostar na inovação como diferenciais competitivos para ampliar nosso parque tecnológico e buscar novas conquistas, como fizemos ao assegurar um curso de Medicina para Pato Branco.

Para fazer isso não existe outro caminho senão o de atuar ao lado das entidades, das associações de moradores, da Câmara Municipal, formando e agindo em rede pelo desenvolvimento do município. ►

Foto: Divulgação



Engenheiro agrônomo, formado pela Universidade Federal do Paraná

Fundou o Centro Acadêmico de Agronomia da UFPR em 1982

Foi funcionário de carreira do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, extinto ITCF, hoje denominado Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

A sua primeira eleição foi em 1994, para Deputado Estadual

Em 2006 foi reeleito com 67.760 votos, sendo o deputado mais votado do Paraná

Mora em Pato Branco desde 1985

É o segundo filho de uma família de cinco irmãos

Casa Fácil concretiza sonho da casa própria

Idealizado pelo CREA-PR, programa já beneficiou 175 mil famílias em 370 municípios do Paraná

Por Ana Maria Ferrarini



Há 25 anos, o programa Casa Fácil, idealizado pelo CREA-PR e reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) dentro do quesito Melhores Práticas, ajuda famílias paranaenses de baixa renda a

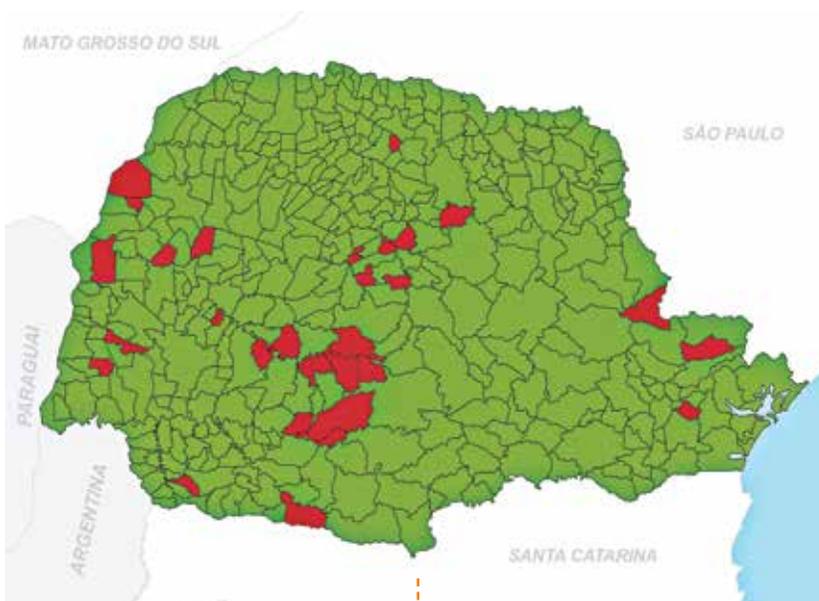
que o programa também organiza toda a documentação legal, possibilitando o registro do imóvel e a garantia dos direitos hereditários dos proprietários e de seus descendentes. “O formato foi idealizado para facilitar e agilizar a

registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) com uma taxa simbólica. Além disso, o programa presta assessoria técnica gratuita para a construção das moradias.

Durante a vigência do Casa Fácil, as entidades de classe participam ativamente do programa, promovendo encontros com os gestores públicos para explicar o funcionamento do processo. São estas entidades que atendem as famílias interessadas, aprovam os documentos, selecionam projetos e acompanham as obras.

Para a presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cascavel (AEAC), engenheira civil Suzely Soares, o Casa Fácil é uma excelente ferramenta de engenharia pública. “Procuramos a atualização para as novas necessidades, como o desenvolvimento de projetos para pessoas com deficiência e planilhas para aqueles que pleiteiam financiamentos”, explica.

Na região de Campo Mourão, cerca de oito municípios integram o Casa Fácil. A Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Mourão (AE-ACM) já consolidou os convênios e recentemente renovou a parceria com inclusão de novas prefeituras. “O programa possui uma grande envergadura social. Além de contribuir na concretização do sonho da casa própria, a iniciativa reduz o déficit habitacional e valoriza o trabalho do engenheiro”, destaca o presidente da entidade, engenheiro civil Julio Cesar Campanha. ▀



adquirir a casa própria. Até agora, 175 mil famílias de 370 municípios foram beneficiadas com moradias dignas, seguras, econômicas e construídas de acordo com projeto e padrões técnicos, totalizando 10 milhões de m².

A partir de convênios com as prefeituras e entidades de classe, o programa contribui significativamente para a redução do déficit habitacional do Estado.

A assessora do CREA-PR, engenheira civil Vivian Curial Baêta de Faria, destaca

construção das moradias. O interessado deve se enquadrar nos parâmetros, como área total máxima de 70 m² e renda familiar de até três salários mínimos vigentes no País”, diz.

As vantagens também se estendem às prefeituras, uma vez que as casas atendem às posturas municipais e são construídas apenas em terrenos regularizados com alvará e o Habite-se. O CREA-PR coordena os trâmites necessários à consolidação dos convênios que, uma vez firmados, possibilitam o

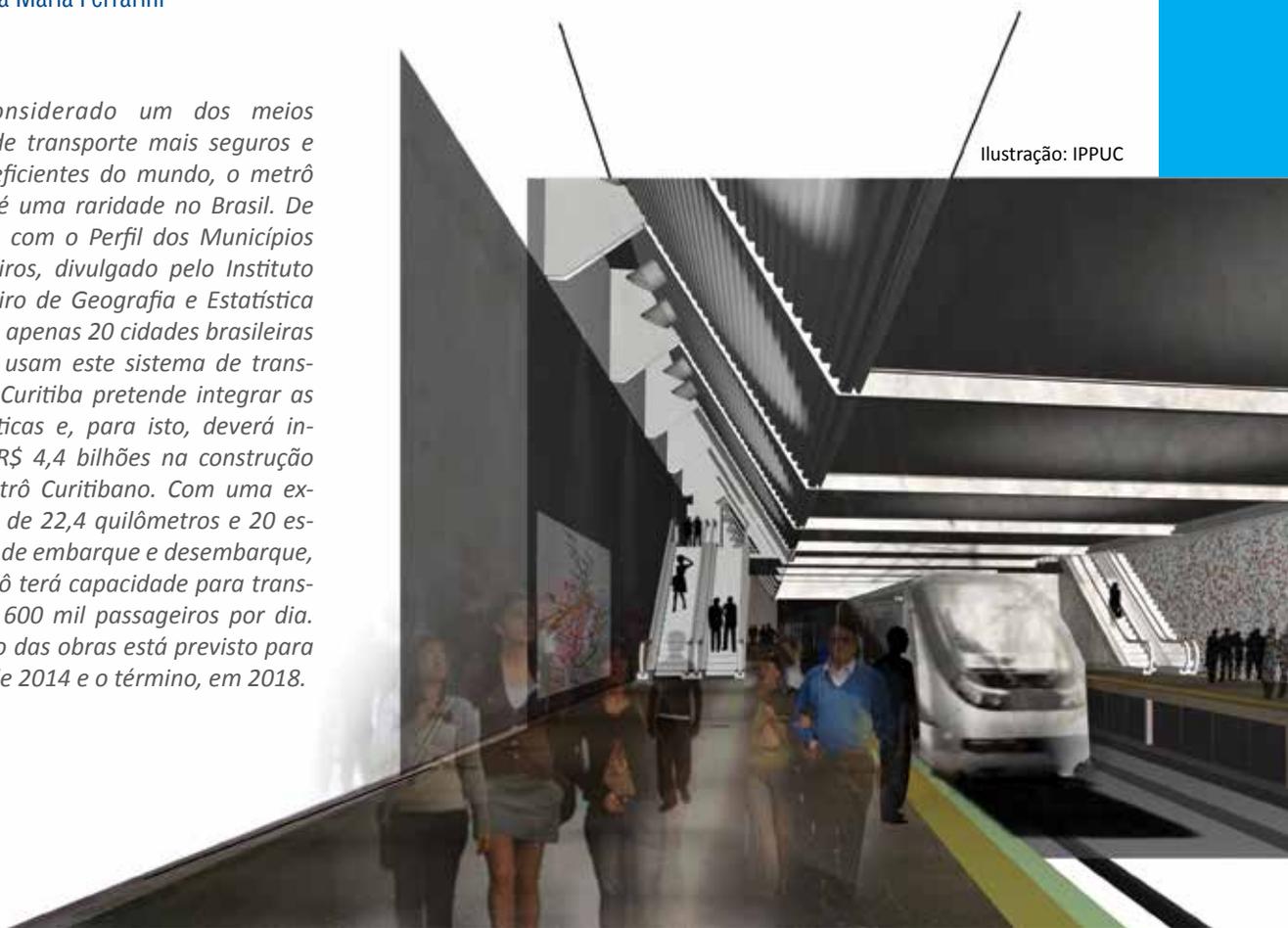
Alternativa eficiente para mobilidade urbana

Metrô mescla pouca emissão de poluição com agilidade, segurança e conforto

Por Ana Maria Ferrarini

Considerado um dos meios de transporte mais seguros e eficientes do mundo, o metrô ainda é uma raridade no Brasil. De acordo com o Perfil dos Municípios Brasileiros, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 20 cidades brasileiras (0,3%) usam este sistema de transporte. Curitiba pretende integrar as estatísticas e, para isto, deverá investir R\$ 4,4 bilhões na construção do Metrô Curitiba. Com uma extensão de 22,4 quilômetros e 20 estações de embarque e desembarque, o metrô terá capacidade para transportar 600 mil passageiros por dia. O início das obras está previsto para maio de 2014 e o término, em 2018.

Ilustração: IPPUC



O aumento constante no número de veículos e o consequente cenário congestionado do trânsito curitibano indicam a necessidade de alternativas para a mobilidade urbana na capital paranaense. O metrô está entre estas opções e integra o rol de investimentos do Governo Federal no município. Recentemente, a presidente Dilma Rousseff anunciou R\$ 50 bilhões para projetos de mobi-

lidade urbana. Em visita ao Paraná, os ministros Miriam Belchior (Planejamento) e Aguinaldo Ribeiro (Cidades) receberam da Prefeitura de Curitiba a solicitação de mais recursos para obras de mobilidade.

A Prefeitura solicitou R\$ 5,35 bilhões e apresentou 11 projetos que visam a ampliar o metrô (R\$ 2,1 bilhões) e melhorar o sistema de BRTs (sigla em inglês para transporte rápido por ônibus) já existente na

cidade, e que Curitiba tenha um sistema multimodal e integrado.

O secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Fábio Scatolin, informa que a Prefeitura lançou uma consulta ao mercado em busca de estudos complementares para o projeto do metrô. Empresas interessadas em apresentar estudos sobre a viabilidade do metrô de Curitiba podem participar do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).

De acordo com [Scatolin](#), com base nestas propostas será lançado o edital de licitação para a construção do metrô. “Acreditamos que possamos licitar a obra até o final do ano”, diz. A expectativa é que estes estudos consigam detalhar a situação geológica da área a ser escavada. “Queremos conhecer melhor o solo do trajeto e também definir o melhor método construtivo”, afirma, reiterando que as obras serão viabilizadas por meio de Parcerias Público Privadas (PPP) (veja mais detalhes no box, página 20).

Scatolin garante que a mobilidade é o grande tema e principal desafio da atual gestão municipal. Atualmente, a capital possui 1,3 habitantes por carro e sua população será de 37 milhões daqui a seis anos. Para ele, o País está cada vez mais urbano, com crescimento acelerado da população e a necessidade premente de encontrar um meio termo entre acessibili-



Foto: Joka Madruga

dade e mobilidade. “Por isso, nossos planos preveem a utilização de diversos modais integrados, incluindo o metrô, um modal de alta capacidade e com características sustentá-

veis, que reduzirá a emissão de poluição e eliminará poluentes, além de diminuir o tempo da viagem, o número de acidentes, trazendo mais conforto e segurança”, encerra. ▶

Eficiência do metrô

Para o [assessor de políticas públicas do CREA-PR, engenheiro civil Valter Fanini, responsável pela organização do seminário “Metrô em Curitiba Contribuições da Engenharia”](#), são poucos os argumentos para repudiar a construção do metrô. “Em todas as grandes cidades do mundo que possuem a densidade e a dimensão de Curitiba, operam sistemas metroviários de alta capacidade”, observa.

Para ele, o metrô seria eficiente no corredor Norte-Sul, não só pela configuração da cidade, mas por este ser um eixo com propensão de adensamento ainda maior, e também pelas demandas e características locais. “Este é um modal com capacidade para absorver toda a demanda do corredor, uma vez que é uma alternativa indicada para locais com fluxo acima de 35 mil passageiros por hora por sentido”, explica.

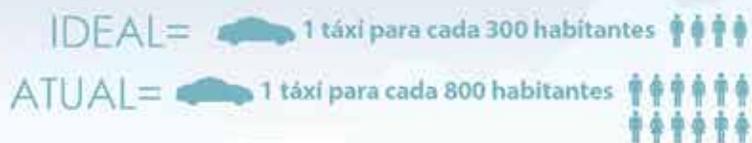
“A questão não é discutir a funcionalidade da implantação do metrô, e sim enfatizar a melhor maneira de implantá-lo, visando a melhores retornos com menores custos e, ao mesmo tempo, integrando o sistema de

transporte de Curitiba e Região Metropolitana, gerando benefícios operacionais”, conclui. ▶



Foto: Joka Madruga

Aumento da frota de táxi colabora para ampliar mobilidade



Curitiba tem 1,3 habitantes por carro



O aumento da frota de táxis de Curitiba também é tema discutido quando se fala em mobilidade urbana. No início de julho, foi realizada uma audiência pública na capital paranaense para abordar a licitação da Urbanização de Curitiba (URBS) que está em andamento e prevê a concessão, por 35 anos, de até 750 novas autorizações para os serviços, ampliando o número de veículos de 2.227 táxis para 3.002.

O limite de autorizações é estabelecido por lei municipal que determina a existência de, no mínimo, um táxi para cada 700 habitantes e, no máximo, um táxi para cada 500 habitantes. A capital paranaense conta com o mesmo número de táxis desde a década de 1970. Do total, 2.227 são convencionais,

21 são executivos, quatro são adaptados para pessoas com deficiência e 67,6% operam com rádio táxi.

A audiência pública foi acompanhada por mais de 1,2 mil pessoas. Para a maioria dos motoristas presentes, as novas placas amenizarão a defasagem da frota de táxis em Curitiba. No entanto, outros taxistas afirmaram que isso não resolverá o problema, lembrando do fator da Lei Seca. Aplicada com maior rigor e determinando tolerância zero para o consumo de álcool, aumentou a demanda pelo serviço principalmente nos finais de semana. Mais um aspecto foi questionado: com a falta de vagas para estacionamento, os curitibanos preferem usar táxi para se locomover e enfrentam demora no atendimento, principalmente nos horários de pico. ►

Engenharia paranaense debate metrô de Curitiba

Para colaborar de forma técnica com soluções que possam ampliar o debate sobre a implantação do metrô na capital do Estado, o CREA-PR, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e Instituto de Engenharia do Paraná (IEP) promoveram em junho o seminário Metrô em Curitiba-Contribuições da Engenharia, que reuniu cerca de 200 profissionais.

“Curitiba é beneficiada com três grandes instituições da Engenharia, que se propõem a debater dentro da comunidade, junto com a sociedade e as instituições de ensino, um tema tão em voga como a mobilidade urbana”, disse o coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil do CREA-PR, engenheiro civil Luiz Capraro.

Para o presidente do Senge-PR, engenheiro eletricitista Ulisses Kaniak, as três entidades representam toda a Engenharia do Estado, que não pode deixar de dar sua contribuição sobre a questão. “É visível o aumento da população e há anos o

transporte público permanece o mesmo. Nossa meta não é saber se determinado método é bonito ou não, barato ou não. Esse assunto é de mobilidade pública, é de Engenharia”, resumiu.

“É preciso reunir a comunidade científica para avaliar o ônus e o bônus da construção do metrô em Curitiba. Nossa proposta é, entre tantas, descobrir melhores métodos construtivos que menos penalizem habitantes e as ruas onde as obras serão realizadas”, avaliou o presidente do IEP, engenheiro civil Cássio José Ribas Macedo.

Entre os palestrantes, o professor da Universidade Positivo, Vinicius Bernardino Travagim, o geólogo Hugo Cassio Rocha, assessor técnico da Metrô-São Paulo e vice-presidente do Comitê Brasileiro de Túneis (CBT), o secretário de Planejamento e Gestão da prefeitura de Curitiba, Fábio Scatolin, e o especialista na estruturação de Parcerias Público Privadas (PPP), Leonardo Grilo. ▶



Foto: Joka Madruga



As palestras do Seminário podem ser assistidas na íntegra no link <http://www.crea-pr.org.br/palestras>

Modelo exige competência na gestão do contrato

As Parcerias Público Privadas (PPP) são uma espécie de formato de prestação de serviços, regidas pela Lei nº 11.079, de 31 de dezembro de 2004. Têm como conceito formatar contratos com prazos determinados, com bens revertidos ao Estado após o seu término, são específicas para contratos superiores a R\$ 20 milhões e com prazo de 35 anos, direcionadas principalmente a setores de rodovias, pontes, túneis, abastecimento de água e resíduos e preveem uma partilha contratual dos riscos, com remuneração variável vinculada ao desempenho do parceiro privado.

De acordo com o [especialista na estruturação de PPPs, Leonardo Grilo](#), elas devem aliviar uma falha de mercado, com a participação do setor privado auxiliando o setor público. “A PPP resolve parte do problema, mas para dar certo é preciso um competente parceiro público para a gestão do contrato”, conclui. Sobre o metrô ser viabilizado por uma PPP, o engenheiro civil Valter Fanini admite que é uma alternativa possível de formação de contrato com a inserção da iniciativa privada. Mas existem outras. “Nunca um investimento público é feito apenas com ação do poder público. É uma modalidade diferente, porém não tem nada de inovador”, afirma. Para ele, a principal diferença é que a inserção do parceiro privado é um pouco maior. Vai além da execução e se estende ao campo da operação.

“É muito utilizada em diversos países,

mas exige fundamentalmente a eficiência dos dois lados. É preciso um Estado forte e eficiente, preparado para formular e gerenciar

bons contratos no sentido de defender o interesse público, senão os contratos de PPPs estão condenados ao insucesso”. ▶

Foto: Joka Madruga



▶ [Leia aqui na íntegra a legislação que rege as Parcerias Público Privadas](#)

Laboratório contribui para melhoria da pavimentação das estradas do País

Lavap trabalha por melhor trafegabilidade das estradas e ampliação da infraestrutura de transportes

Por Ana Maria Ferrarini

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) mantém há três anos, na estrutura do seu Departamento de Engenharia Civil, o Laboratório de Pavimentação (Lavap), destinado à realização de pesquisas e atividades didáticas na área da pavimentação.

Coordenado pelo professor e engenheiro civil Jesner Sereni Ildefonso, o laboratório tem área de 60 m² e faz parte da Rede Temática de Asfalto da Petrobras, composta por 27 instituições espalhadas por todas as regiões do Brasil e que desenvolve estudos sobre pavimentação asfáltica de rodovias. O trabalho visa a melhoria da qualidade da trafegabilidade das estradas brasileiras e a ampliação da infraestrutura de transportes.

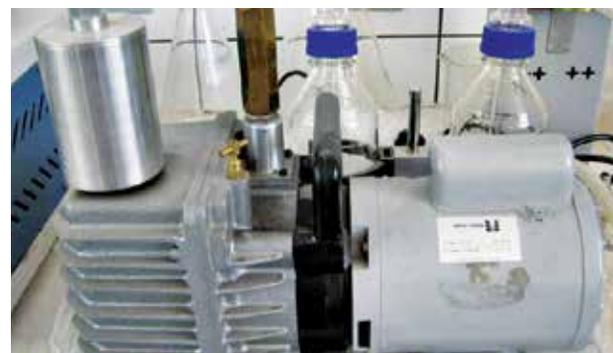
Para Ildefonso, o Lavap permite ao aluno de engenharia civil a especialização na área de pavimentação asfáltica e no estudo de materiais. “Com os ensinamentos, o estudante desenvolve técnicas que levam melhorias construtivas às rodovias e vias urbanas”, destaca. As atividades do laboratório vêm ao encontro das exigências contínuas de tráfego nas estradas do País e à necessidade de novas soluções de projetos, equipamentos, mão de obra especializada, produtos e serviços no setor.

Pesquisas

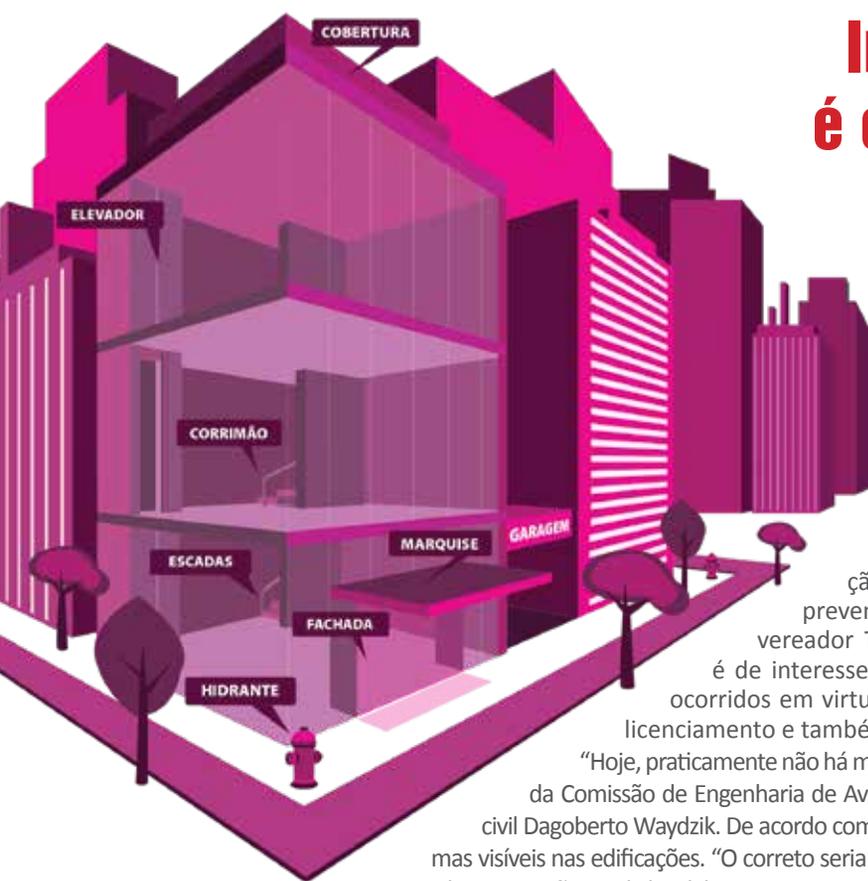
As pesquisas realizadas no laboratório são voltadas ao desenvolvimento de pavimentos mais eficientes, com custos menos elevados e foco na sustentabilidade. “Alguns dos trabalhos englobam o uso de pavimentos asfálticos no controle de enchentes, de resíduos da construção civil para aumento da capacidade de suporte das camadas de base e da mistura asfáltica, utilização de resíduos da indústria calçadista em misturas asfálticas com o intuito de aumento na vida de fadiga, dentre outros”, conta o professor. Nas aulas ministradas no Lavap, são ensinadas as principais técnicas e os ensaios normatizados no Brasil para caracterização de materiais e composição de misturas asfálticas, complementando o aprendizado teórico. Nas pesquisas desenvolvidas em nível de graduação e pós-graduação, são aplicadas técnicas de última geração, como determinação de módulo

resiliência e vida de fadiga. Os alunos também podem utilizar o espaço para desenvolver trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso, bem como em projetos e pesquisas que buscam inovação tecnológica e melhorias ambientais.

O laboratório mantém parceria com o Departamento Estadual de Rodagem do Paraná (DER-PR), Viapar-Rodovias Integradas do Paraná, Petrobras e as instituições de ensino que fazem parte da Rede Temática de Asfaltos. “O Lavap é resultado dos esforços conjuntos do DER-PR e da Petrobras, tanto na adequação da infraestrutura quanto na aquisição dos materiais e equipamentos utilizados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”, fala o professor, acrescentando que o laboratório também participa do processo de reformulação do método brasileiro de dimensionamento e projeto de pavimentos flexíveis. ►



Fotos: divulgação



Inspeção predial não é obrigatória no Brasil

Cada município legisla a respeito. Em Curitiba, projeto de lei sobre o tema está parado na Câmara Municipal

Por Adriana Mugnaini

← Veja alguns itens que são avaliados durante uma vistoria técnica em edificações.

Apresentado em 2012 na Câmara Municipal de Curitiba, o Projeto de Lei nº 005.00012/2012 dispõe sobre a realização de vistorias técnicas periódicas e manutenção preventiva das edificações em Curitiba. De autoria do vereador Tico Kuzma, prevê legislar sobre um tema que é de interesse de toda sociedade, considerando os acidentes ocorridos em virtude de alterações nas construções sem o devido licenciamento e também ao estado de conservação de suas estruturas. “Hoje, praticamente não há manutenção predial dos edifícios”, afirma o conselheiro da Comissão de Engenharia de Avaliações, Vistorias e Perícias do CREA-PR, engenheiro civil Dagoberto Waydzik. De acordo com ele, muitas vezes apenas são consertados os problemas visíveis nas edificações. “O correto seria a contratação de um profissional de Engenharia para proceder a inspeção predial e elaborar um manual de manutenção predial”, complementa.

O Projeto de Lei abrange edifícios com três ou mais andares, sendo residenciais, comerciais, industriais, históricos, igrejas e culturais. Segundo o texto, a primeira vistoria técnica deverá ser realizada após o prazo de cinco anos a partir da data de expedição do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO) ou da ocupação do imóvel, com a exigência que uma nova vistoria técnica e um novo laudo técnico sejam executados a cada cinco anos. “O município tem o dever de exercer o seu poder de polícia administrativa e deve promover adequações no ordenamento de seu território, estabelecendo regras para construção, localização e funcionamento de determinadas atividades em seu espaço”, fala o vereador Tico Kuzma. A vistoria técnica deve ser realizada por um profissional da Engenharia, que respeita um *checklist* com diversos itens a serem analisados (confira no infográfico). Muitas vezes, a equipe deve ser multidisciplinar. O CREA-PR defende que a periodicidade ideal para realizar a manutenção deve ser de duas vezes

ao ano. “Contudo, se surgirem anomalias visíveis em algumas áreas, esse período precisa ser diminuído a critério de um profissional de Engenharia. Além disso, dependendo da agressividade do ambiente também as manutenções devem ser feitas com maior frequência”, explica Waydzik. A cultura de manutenção e inspeção não existe no Brasil. O assunto gera discussões quando acontecem tragédias, como a queda de três prédios no centro do Rio de Janeiro no ano passado, com 22 vítimas fatais. Em geral, as edificações possuem um tempo de vida útil que pode chegar a 50 anos. Se houver a manutenção, sua duração é ilimitada. O Projeto de Lei é de interesse público e vem estabelecer regras a uma demanda que o CREA-PR solicita há anos. Segundo o vereador Kuzma, a proposta estabelece responsabilidade técnica dos profissionais, além de regulamentar a manutenção em Curitiba. “Na prática, muitas construções depois de prontas e ocupadas não recebem nenhum tipo de vistoria técnica para avaliar o seu estado geral de conservação e também a sua segurança estrutural”, avalia. ▶



Confira na revista eletrônica do CREA-PR a entrevista com o conselheiro da Comissão de Engenharia de Avaliações, Vistorias e Perícias, engenheiro civil Dagoberto Waydzik

Regionais realizam reuniões com Corpo de Bombeiros

Por Adriana Mugnaini

Criada em 2012, a parceria entre o Colégio de Entidades Regional (CDER) e o Corpo de Bombeiros segue este ano com a realização de reuniões entre as partes. Em julho, as regionais do CREA-PR organizaram encontros para debater o Novo Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico e aprimorar o relacionamento entre o Conselho e as equipes dos grupamentos do Corpo de Bombeiros. Em Londrina,

do Novo Código e o aumento do número de analista de projetos.

Em Castro, o capitão Marcelo Godoy disse que a análise dos projetos leva cerca de 25 dias. Para reduzir esse tempo, é preciso aprimorar a elaboração dos projetos conforme as normas vigentes. Houve consenso de que é necessário especializar os profissionais e aumentar o horário de atendimento do Corpo de Bombeiros para

esclarecer dúvidas quanto à aplicação da norma. Em Apucarana, foram apontadas quatro oportunidades de melhorias, dentre elas a participação dos profissionais do CREA-PR na discussão sobre a aplicação da Norma do Corpo de Bombeiros e sua aplicabilidade. Maringá teve diversos pontos discutidos em sua pauta. Entre eles, que nas vistorias dos Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) realizadas pelos bombeiros, deve-se exigir o laudo do SPDA elaborado por um profissional habilitado. Além disso, o contato entre a corporação e a Copel sobre ligações de energia para segurança, informar aos profissionais as mudanças de exigên-



Foto: divulgação

o capitão Nakamura informou que a corporação está comprometida para que as análises não ultrapassem os 30 dias e recomendou a utilização do Formulário de Atendimento Técnico (FAT) para agilizar as consultas. Em Cascavel, entre as melhorias apontadas pelos profissionais envolvidos com o grupo de trabalho, estão a protocolização de projetos em qualquer grupamento do Corpo de Bombeiros, divulgação pública das alterações de procedimentos técnicos, revisão

e estipular prazo para implantação, entre outros. Em Curitiba, o encontro teve um debate com especialistas em projetos de prevenção de incêndio. A boa representatividade garantiu um debate aberto e de alto nível técnico, em que foram apontadas oportunidades de melhoria do FAT, a frequência da ocorrência de problemas nos municípios e a revisão de alguns itens da norma de padronização do prazo de atendimento nas unidades do Corpo de Bombeiros. ►

Mudança de paradigma na fiscalização

Resultados do DEFIS comprovam acerto da nova proposta do CREA-PR

Por Daniela Licht

Foto: divulgação



A criação do Departamento de Fiscalização (DEFIS) pelo CREA-PR simboliza uma mudança de paradigma na fiscalização efetuada pelo Conselho. Implantado em janeiro de 2012, o Departamento centraliza e concentra a atividade exclusiva da fiscalização, executando diversas ações, desde aquelas voltadas para a rotina, o combate ao exercício leigo das profissões, até fiscalizações mais complexas, de cunho orientativo e preventivo. “A proposta é orientar e esclarecer entidades, empresas e a sociedade como um todo a respeito da importância e da necessidade de contar com profissionais responsáveis e habilitados para projetar, executar e manter as obras, estruturas e equipamentos das áreas de Engenharia e Agronomia”, explica a gerente do DEFIS, Vanessa Moura. A estrutura do novo Departamento – que teve modelo concebido pelo

presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger – tem sede em Curitiba e para garantir a efetividade da fiscalização em todo Estado, é composta pelos Núcleos Especializados Leste (que abrange os setores de Curitiba e Ponta Grossa), Norte (setores Maringá, Apucarana e Lon-

drina) e Sudoeste (setores Cascavel, Pato Branco e Guarapuava).

O Departamento também conta com dois outros setores que abrangem todo o Paraná: o setor de planejamento e controle de fiscalização e o setor de suporte administrativo e tratamento de processos. O primeiro tem a atribuição de realizar o planejamento e o controle centralizado de todas as ações de fiscalização no Estado. Cada fiscal recebe mensalmente um plano personalizado, contendo as fiscalizações a serem realizadas no período. Posteriormente, os resultados são analisados por este setor.

O segundo, por sua vez, tem a prerrogativa de atender às necessidades de materiais e equipamentos para toda a equipe, além de realizar o tratamento de processos de fiscalização no Departamento.

Os setores de fiscalização dos Núcleos Leste, Norte e Sudoeste, respondem pelo recebimento e execução dos planos mensais de fiscalização encaminhados pelo Setor de Plane-

Foto: Vandrê Dubiela





Foto: João Quaquio

jamento e Controle da Fiscalização e acompanhamento da execução das tarefas dos funcionários dos respectivos núcleos em suas áreas de abrangência.

O trabalho do DEFIS é fundamentado pela Lei nº 5194/1966, que rege o exercício das profissões das Engenharias e Agronomia e determina que a verificação e fiscalização do exercício e atividades das profissões nela inseridas serão exercidas por um Conselho Federal e respectivos Conselhos Regionais. Para o presidente Krüger, o atual formato do DEFIS de-

monstra maior eficácia e comprova o acerto da proposta, que busca cada vez mais a excelência da fiscalização realizada pelo Conselho. “Nosso modelo se concentra exclusivamente na fiscalização. Além disso, os Núcleos Especializados de Fiscalização proporcionam a cada modalidade profissional a fiscalização pelo seu respectivo fiscal profissional. A especialização, somada à instalação dos Núcleos, aumenta a qualidade da fiscalização e também a quantidade”, diz. ▶

Gestão focada na fiscalização

A atual gestão do CREA-PR investiu na ampliação do quadro de agentes de fiscalização. Atualmente, são 30 agentes de fiscalização nível superior e 41 agentes de fiscalização nível técnico. A partir da contratação de 27 novos fiscais em abril de 2013, o departamento deu um salto na quantidade de ações desenvolvidas. Comparando apenas os meses de julho de 2012 e julho de 2013, o aumento foi de quase 58%, passando de 4.593 para 7.948 relatórios de fiscalização, resultado da atuação da nova equipe treinada e do sistema eficaz de planejamento da fiscalização. “Esse resultado contribui significativamente com o combate ao exercício leigo da profissão e com a maior visibilidade do Conselho nas diversas regiões do Estado”, ressalta Vanessa Moura. Outra inovação trata da Fiscalização Especializada,

que tem como características principais um alto grau de planejamento e execução rápida, a fim de fiscalizar situações complexas, precárias e/ou de risco e de grande interesse da sociedade. “Temos 20 ações desse tipo planejadas para ocorrer em 2013 em todo o Estado, abrangendo cinco grandes áreas que envolvem as profissões do Sistema, de Urbanidade; Alimentação e Saúde; Transporte e Energia”, fala a gerente. Dentro desses temas prioritários, merecem destaque as ações do CREA-PR em parceria com órgãos interessados na fiscalização das condições das calçadas, da acessibilidade e manutenção de equipamentos médicos em hospitais e dos aterros sanitários, todas com ampla repercussão na imprensa e junto à população em geral. ▶

Acessibilidade é questão de responsabilidade profissional

2º Seminário Internacional do CREA-PR debate novas tecnologias para acessibilidade e o papel da Engenharia como agente da inclusão

Por Daniela Licht



De 4 a 6 de agosto, cerca de 400 profissionais acompanharam em Foz do Iguaçu o 2º Seminário Internacional de Acessibilidade, promovido pelo CREA-PR para discutir a importância do papel da Engenharia no que diz respeito às normas de acessibilidade.

A solenidade de abertura foi acompanhada pelo presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger, pelo presidente do CONFEA, engenheiro civil José Tadeu da Silva, pelo presidente do CREA-SP, engenheiro civil Francisco Kurimori, pelo prefeito municipal Reni Pereira, pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano do Paraná Carlos Roberto Massa Junior (representando o governador Beto Richa), pelo deputado federal Sérgio de Oliveira, pela secretária municipal da Pessoa com Deficiência Mirela Prosdócimo (representando o prefeito de Curitiba Gustavo Fruet), pelo coordenador do Fórum Paranaense de Acessibilidade do CREA-PR, engenheiro civil Antonio Borges dos Reis, pelo conselheiro federal e presidente da ABENC nacional (Associação Brasileira de Engenheiros Civis), engenheiro civil Francisco Ladaga e pela diretora da Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu (AEFI), Célia Neto Pereira da Rosa, entre outras autoridades.

“Enalteço a preocupação da atual gestão do Conselho em assumir a missão de levar, através do Fórum, o tema acessibilidade para a discussão das oito regionais do CREA-PR”, disse Borges dos Reis.

“Parabenizo e reconheço o empenho do CREA-PR ao promover um seminário para tratar da questão da acessibilidade, que aborda um interesse legítimo de todas as

pessoas, uma vez que todos caminhamos para um futuro onde enfrentaremos dificuldades”, falou Tadeu da Silva. “Dentro deste cenário, existem as soluções, que passam pelo conhecimento dos profissionais das áreas tecnológicas. Precisamos refletir formas de aprimorar e melhorar condições que visam atender o direito de todo cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana e inclusão”.

“Além de ajudar os homens públicos que participam do dia a dia da implantação de um melhor projeto de acessibilidade, o seminário fortalece a consciência a respeito do assunto ao mesmo tempo em que reforça a parceria do Conselho com o poder público”, comentou Massa Junior. “Hoje temos boas leis e vivemos um divisor de águas, após o tempo da legislação estamos no período de conscientização e ação. O CREA-PR é um grande parceiro e dissemina o conceito da acessibilidade para todo o Estado, pensando na inclusão das pessoas com deficiência e de toda sociedade”, disse o prefeito Reni Pereira.

“A acessibilidade na atividade de nossos profissionais, seja na elaboração dos projetos arquitetônicos e de edificação, nos equipamentos mecânicos e elétricos e na arborização urbana, entre outros. Para o CREA-PR, a acessibilidade é uma questão de responsabilidade profissional e este seminário simboliza o coroamento das ações do Conselho, com a oportunidade de discutir o estado da arte, como nos posicionamos atualmente no Paraná e o que é preciso para aprimorar e tornar real a discussão acerca da acessibilidade”, concluiu o presidente Krüger. ■

Legislação, saúde e lazer



Foto: divulgação

O primeiro dia do Seminário iniciou com painéis inseridos no bloco Legislação, Saúde e Lazer, começando com a palestra da gerente do Departamento de Fiscalização (DEFIS) do CREA-PR, Vanessa Moura, sob o tema Fiscalização Integrada de Acessibilidade - CREA-PR. Ela apresentou as ações de fiscalização de acessibilidade realizadas neste ano em todas as Regionais do Conselho, principalmente com foco nas calçadas (em abril) e nos hospitais (em junho). O desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca falou sobre a Lei de Cotas e as Tentativas de sua Flexibilização. “Hoje temos 45 milhões de pessoas com deficiência (PcD) no País, uma questão que afeta no mínimo 100 milhões de brasileiros”, falou. “O direito de ir e vir é básico e a deficiência está na própria sociedade. Se antes as PcD eram vistas como pessoas com defeitos definidos clinicamente e que mereciam tratamento de caráter benemerente, hoje a deficiência é definida de forma distinta, com a adoção de um conceito político sobre o tema”.

No painel Acessibilidade aos Idosos, o médico geneticista Rui Piloto reforçou a necessidade da prevenção para evitar acidentes com idosos. “Com o passar da idade, temos a diminuição da mobilidade, flexibilidade e alcance pela degeneração das articulações, assim como a fragilidade óssea acentuada e a diminuição da força muscular no tronco, pernas e braços. Estes são alguns fatores que tornam essencial pensar na acessibilidade, assunto de responsabilidade dos profissionais das áreas tecnológicas e que pede a educação constante dos gestores públicos”. A Acessibilidade às Pessoas com Deficiência Mental foi tratada por Berenice Piana, do Mundo Azul, grupo de pais de crianças autistas. Ela falou sobre a aprovação da Lei nº 12.764, de 2012, que leva seu nome e que concedeu os mesmos direitos às pessoas com autismo que são dados às demais PcD. “Falamos muito em deixar um planeta melhor para as crianças, mas é necessário pensar em deixarmos crianças melhores para este planeta”, comentou.

Ainda neste bloco, o juiz Federal Roberto Wanderley Nogueira participou do painel O Direito a Acessibilidade à Luz da Convenção de Nova York. “Esta convenção sintetiza o Tratado Internacional que cuida dos direitos humanos das pessoas com deficiência. No entanto, a simples normatização desse enredo não é suficiente. Mais do que normas, precisamos de atitudes, no sentido inversamente proporcional ao preconceito”.

Vertente tecnológica

Ainda no primeiro dia, o bloco Soluções Tecnológicas foi iniciado com a palestra do assessor da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, engenheiro agrônomo Álvaro Cabrini Jr, ex-presidente do CREA-PR. Ele apresentou o Projeto Calçadas, para a construção e readequação de calçadas em vias pavimentadas do Paraná, e defendeu que as calçadas sejam assumidas pelo poder público como sua responsabilidade, transformando essa questão em uma obrigação do Estado. A palestra sobre Mobilidade Urbana aplicada à Acessibilidade, proferida pelo engenheiro civil espanhol Jaime Solom Gracia, mostrou que a falta de acesso é um problema universal, enfocando o caso da cidade de Vitoria-Gasteiz, na Espanha. “Os espaços urbanos possuem um planejamento dirigido à circulação de veículos motorizados, seja na adaptação de cidades históricas como as da Europa ou de cidades novas que enfrentam os mesmos problemas. Isso afeta pessoas sem limitações, que por vezes se veem com mobilidade reduzida nestas ‘cidades dos carros’”, disse, ao informar que 12% da população europeia possui algum tipo de deficiência.

O coordenador do Comitê de Acessibilidade do CREA-PR, engenheiro mecânico Sérgio Yamawaki, falou sobre Tecnologias para Acessibilidade e apresentou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) que confirmam a existência de mais de 1 bilhão de PcD no mundo, destas, 45,6 milhões apenas no Brasil. “Cerca de 500 brasileiros se tornam deficientes todos os dias, seja por acidentes ou por doenças que deixam sequelas”, disse. Yamawaki exibiu tecnologias assistivas desenvolvidas para facilitar o cotidiano das PcD, como implantes aplicados na retina, próteses e cadeira de rodas movimentada a partir de um sensor colocado na parte inferior da língua, entre outras.

Superação em pauta

O segundo dia do evento teve como norteador o tema Superação, iniciado com a palestra do jornalista Rafael Bonfim, que apresentou o projeto **Super Normais**. A proposta é levar ao público uma nova forma de debate sobre a inclusão das PcD. “Queremos democratizar essa discussão, abordando o tema de forma mais holística e falando de preconceito, respeito às diferenças, resiliência, padrões estéticos e saúde preventiva”.



A secretária Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Curitiba, Mirella Prosdócimo, falou sobre sua história e o acidente sofrido aos 17 anos, em 1992, que ocasionou uma lesão medular que a fez perder todos os movimentos do corpo. Formada em Letras, com especialização na área de inclusão e educação especial, Mirella assumiu a Secretaria no começo deste ano e abordou a articulação que vem sendo feita com as demais pastas, como a Secretaria de Obras e de Urbanismo. “Nossa

gestão colaborativa passa também pelo diálogo com a Engenharia, principal agente de inclusão”.

O engenheiro cartógrafo Luiz Octavio Oliani, vice-presidente da Associação Brasileira dos Engenheiros Cartógrafos seção Paraná (ABEC-PR), apresentou a palestra Cartografia aplicada à Acessibilidade, confirmando que o geoprocessamento é uma útil ferramenta para o planejamento público.

A programação do primeiro dia do seminário terminou com a apresentação do Handtalk, aplicativo para tablet e celular que auxilia o acesso à escola de crianças e jovens que encontram barreiras na aprendizagem. O criador da ferramenta, Ronaldo Tenório, mostrou a função do Handtalk de traduzir em tempo real qualquer palavra ou frase em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). ▶

O instrutor e professor de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Orceni Antunes de Matos abordou a questão da Acessibilidade na Área da Surdez, mostrou avanços no Brasil, formado por uma população de 9,7 milhões de deficientes auditivos.

A coordenadora do programa Gestão para a Inclusão do Sesi-PR, Regiane Ruivo Maturo, falou sobre Inclusão no Trabalho em sete dimensões da acessibilidade: programática, natural, arquitetônica, atitudinal, comunicacional, instrumental e metodológica.

Acessibilidade na prática

Os participantes do Seminário, transmitido ao vivo pela internet, foram divididos em oficinas técnicas – sobre acessibilidade urbana (calçadas e arborização), mobilidade urbana e obtenção de recursos – e em uma vivência em acessibilidade, conduzida pela Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência em conjunto com o CREA-PR. A vivência mostrou na prática as dificuldades cotidianas das pessoas com deficiência, a partir da utilização de vendas nos olhos, bengalas, cadeiras de rodas.

“Este foi um evento extremamente produtivo, de sensibilização e discussão de ações práticas para melhorar a qualidade de vida da sociedade. Vamos analisar a viabilidade técnica e logística da realização anual do evento”, afirmou. “Isso demonstra a preocupação dos 70 mil profissionais registrados e atuantes do CREA-PR no Estado, comprometidos com a qualidade de vida e a responsabilidade profissional em termos de acessibilidade”, concluiu o presidente Krüger.

O 2º Seminário Internacional de Acessibilidade foi patrocinado pela Itaipu Binacional, Copel e Mútua de Assistência dos Profissionais dos CREAs. ▶



Foto: Silvio Vera

Coordenador do evento, Antonio Borges dos Reis, secretária Mirella Prosdócimo, diretora da AEFI, Célia Rosa, e presidente Krüger



Foto: Silvio Vera

Presidente José Tadeu da Silva (CONFEA) e Marco Monteiro (EBGE) posam com o Catálogo Empresarial do CREA-PR



Foto: Felipe Pasqualini

Presidente Krüger em link ao vivo para Bom Dia Paraná



Foto: Silvio Vera

Abertura do evento



Foto: Silvio Vera

Vivência em acessibilidade



Foto: Silvio Vera

Público presente na abertura

Veja todas as fotos do evento no link www.facebook.com/creapr

A redenção da avicultura paranaense

Atividade retoma crescimento após movimento que melhorou preços e elevou competitividade externa

Por Vandré Dubiela



Foto: Agrostock

Segundo item na pauta de exportações do Paraná, atrás apenas da *commoditie* soja, a avicultura paranaense apresenta sinais de reação depois de experimentar uma das piores crises de sua história. O segmento responde por boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná e é responsável pela geração de cinco milhões de empregos em todo o Brasil, boa parte em território paranaense, evidenciando o papel social e econômico no cenário nacional. Apesar das adversidades comuns, como a burocracia, custo Brasil, desvalorização do dólar e as oscilações em torno do preço dos insumos, o setor apresenta um bom desempenho, como comprovam os indicadores apresentados pelo Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Paraná (Sindiavipar). Para líderes cooperativistas do Paraná,

o mais importante é fomentar a integração para blindar qualquer tipo de situação adversa. Ainda conforme o Sindiavipar, no primeiro semestre de 2013, a avicultura retomou o patamar apresentado no mesmo período de 2012, em virtude da recuperação dos preços. Trata-se de um reflexo da recomendação da rediminuição da produção, atendendo orientação nacional, para tentar evitar a pressão dos preços. Antes da crise, a atividade vinha crescendo a um ritmo chinês, estabelecendo evolução de 15% ao ano. Se o ritmo for mantido, a expectativa é fechar 2013 com um indicador acima do PIB. Confrontando o primeiro semestre deste ano com o de 2012, as exportações paranaenses de frango subiram 3,64% em relação ao faturamento. De mais de US\$ 1.040 milhão, saltaram para mais de US\$ 1.078 milhão. Em contrapartida, houve retração de 8,18%

no volume, baixando de 585.067.842 quilos para 537.190.917 quilos. O preço médio da tonelada, segundo o Sindiavipar, passou de US\$ 1.779,25 para US\$ 2.008,55, ou seja, um aumento de 12,99%. O abate também apresenta uma sensível reação no primeiro semestre, de 0,59%. De 710.943.822 cabeças, subiu para 715.159.352.

O presidente do Sindiavipar, Domingos Martins, diz que, para fazer frente à crise, os produtores de aves, mesmo que a contragosto, foram obrigados a reduzir os alojamentos de pintainhos e, consequentemente, a produção. A finalidade era não gerar o excesso de oferta do produto, melhorando o preço e elevando a competitividade no mercado externo.

Exportação

O Paraná responde por 30% das exportações nacionais de frango. São mais de 130 países que recebem a carne de ave produzida nos aviários do Estado. Os dez principais destinos são países do Oriente Médio (como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Egito), China, Japão, Holanda, Hong Kong, África do Sul e Alemanha. A avicultura paranaense desempenha um papel importante no contexto econômico e no combate ao êxodo rural. São 42 agroindústrias, entre abatedouros e incubatórios, integrando perto de 20 mil avicultores. Esses números fazem do Paraná o maior produtor nacional e exportador em relação ao volume.

Integração faz a diferença

O diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, Irineo da Costa Rodrigues, diz que a atividade pelo modelo da integração é movida por quatro eixos: produção de pintainhos, produção de ração, frigorífico e logística. A cooperativa – com sede em Medianeira, no Oeste do Paraná – consegue traduzir esses números em contrapartida aos associados, mesmo sabendo da importância de desacelerar em tempos de crise mundial na atividade. Rodrigues também ressalta a importância do acompanhamento de tópicos em torno da rastreabilidade, segurança alimentar, entre outros pontos fundamentais para a evolução da atividade no cenário estadual e nacional. “A avicultura brasileira demonstra uma tendência de reação e recuperação do fôlego, depois de um período nebuloso desencadeado em 2008”, lembra. Em vez de recuar a produção, a Copagril, de Marechal Cândido Rondon, adotou uma estratégia própria para minimizar os impactos da crise na avicultura, ao frear o seu plano de expansão. De acordo com o presidente da cooperativa agroindustrial, Ricardo Chapla, o projeto de uma nova planta para ampliar o número de abates para 150 mil aves dias foi abortado.

Liderança paranaense

O Paraná responde por 28,3% de participação, à frente de Santa Catarina (24%) e Rio Grande do Sul (18,7%). Somados os embarques de carne de frango, ovos, material genético, perus, patos e gansos no primeiro semestre, foram exportadas 1,977 milhão de toneladas, índice 57% menor em comparação ao mesmo período de 2012. A receita aumentou 5,5%, totalizando US\$ 4,381 milhões, segundo dados da União Brasileira de Avicultura (Ubabef). A expectativa é de números melhores no segundo semestre do ano, considerado historicamente melhor pelo presidente do Sindiavipar, Domingos Martins. “No segundo semestre esperamos um aumento no número de quilos, valores e talvez cabeças, dependendo do que acontecer no mercado árabe”, comenta. O presidente da Ubabef, Francisco Turra, estima que a avicultura fechará 2013 com 12,5 milhões de toneladas, um pouco abaixo do resultado de 2012, de 12,6 milhões. “Esta perspectiva leva em consideração os níveis atuais de produção, conforme o alojamento de pintos de corte e de matrizes”, explica Turra.

Avicultura é investimento com viés econômico e social

“Eu sempre digo que a avicultura é um investimento com um viés econômico e social ao mesmo tempo”, resume o presidente da Cooperativa C.Vale, Alfredo Lang, de Palotina. Segundo ele, o lado econômico, porque gera renda a centenas de produtores, fazendo com que a avicultura represente 25% do faturamento da cooperativa. Social, por garantir a geração de 3,5 mil empregos em 26 municípios, além de distribuir ICMS, conforme a produção de frangos de cada município. Lang recorre a um passado recente, em torno da implantação de um plano de modernização em 1995, seguindo anseio dos produtores integrados. “Montamos um plano prevendo as ações estratégicas para os 30 anos seguintes e o foco era a agroindustrialização”, diz. “Tínhamos a consciência de que a cooperativa não conseguiria se manter economicamente viável apenas comercializando grãos. Então, definimos que era necessário investir na transformação da produção primária. Ou seja, em vez de vender milho e soja, iríamos aproveitar essas matérias-primas para produzir carnes e leite. Em vez de vender proteína vegetal, nosso foco seria vender proteína animal, com maior valor agregado”. No início, eram 75 mil frangos abatidos ao dia, em 1997. Mais de uma década depois, esse número saltou para 350 mil/dia e metade da produção voltada ao mercado externo. ▶

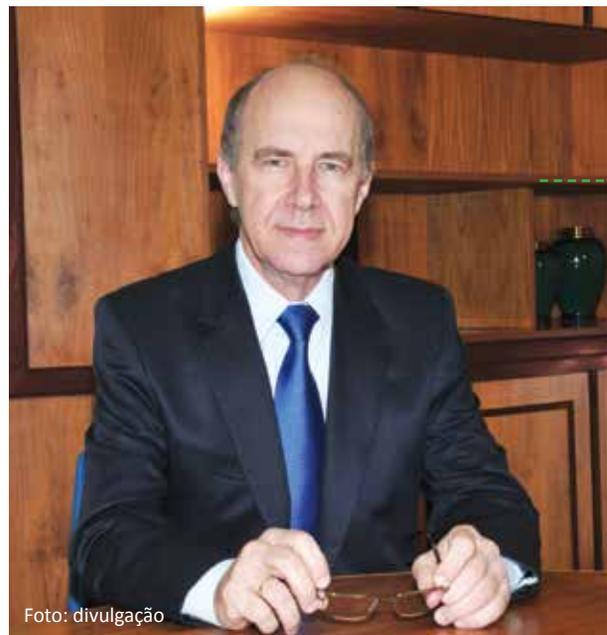
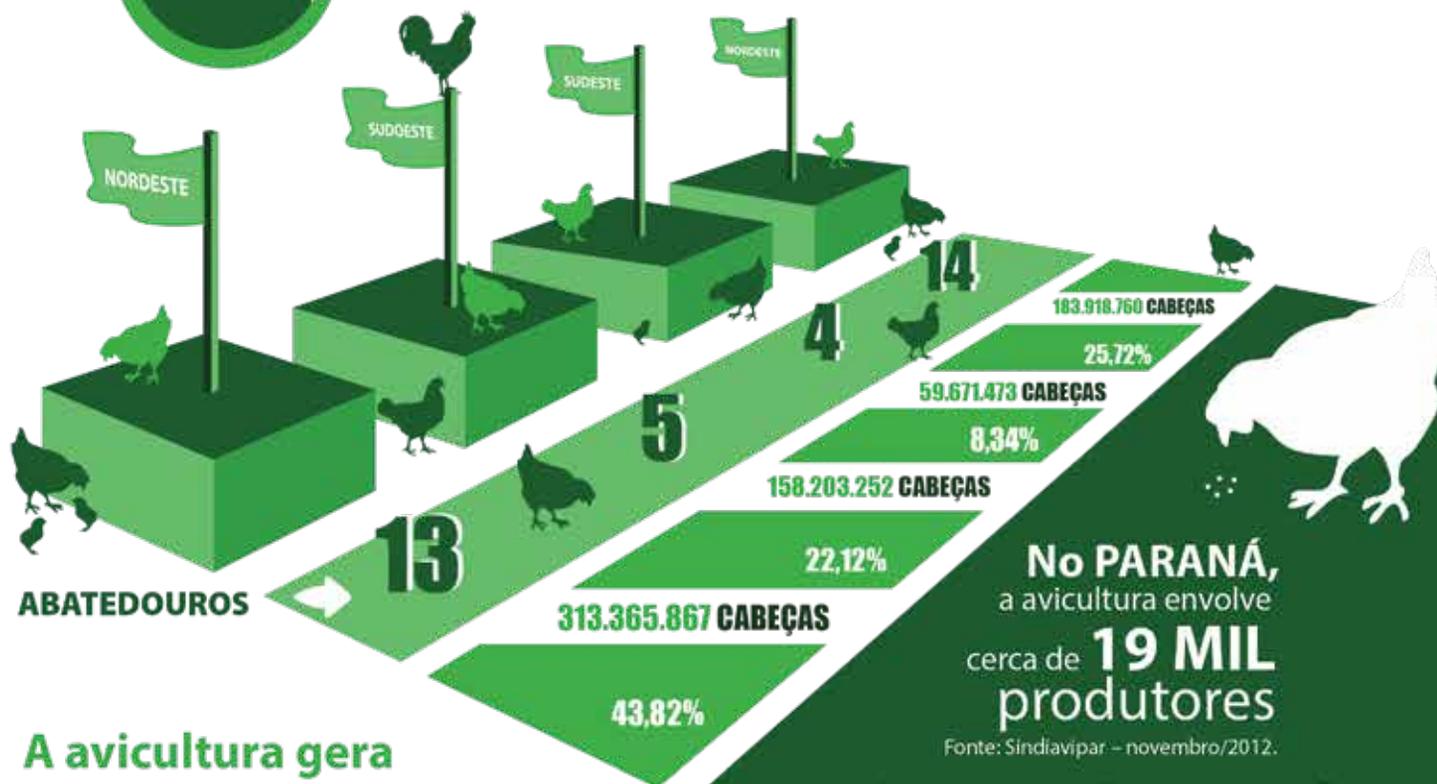


Foto: divulgação



Produção avícola paranaense

1º semestre de 2013



A avicultura gera
660 mil EMPREGOS
diretos e indiretos no Paraná
o que representa cerca de
7% da população estadual

Fonte: Sindiavipar – agosto/2012.

População paranaense
9.563.458

Fonte: IBGE – novembro/2012.

A carne de frango
é o **2º produto**
mais exportado pelo
Porto de Paranaguá,
ficando atrás apenas
do complexo soja

Fonte: Appa



CREA-PR

De janeiro a junho (2012 | 2013)

Cooperação na emissão de alvarás de construção

CREA-PR e Prefeitura de Curitiba assinam convênio que prevê compartilhamento de responsabilidade, agilidade e redução na burocracia

Por Daniela Licht

Profissionais da Engenharia acompanharam em julho a assinatura de um termo de cooperação técnica entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e o CREA-PR que tem como finalidade agilizar a liberação de alvarás de construção na capital.

A expectativa é reduzir a burocracia na análise de projetos de Engenharia e na concessão de alvará de licença para construções na cidade, respeitando os parâmetros da legislação vigente – municipal, estadual, federal e normas técnicas brasileiras –, seguindo com o trabalho de fiscalização e depositando a confiança nos profissionais que são os responsáveis pela elaboração dos projetos e execução das obras.

De acordo com o [presidente do CREA-PR, engenheiro civil Joel Krüger](#), a importância da assinatura do termo é o compartilhamento de responsabilidades no que diz respeito às relações entre profissional e o consumidor. “Este é um avanço muito grande, pois resguarda à Prefeitura as decisões que envolvem questões estratégicas. O controle da responsabilidade profissional continuará sendo feito com a fiscalização da Prefeitura e o acompanhamento do trabalho pelos respectivos Conselhos”, explicou.

Para o prefeito Gustavo Fruet, a ação é marcada pelo diálogo entre administração pública e entidades de classe e acontece em um momento onde o País questiona sua representação política. “Ouvir os profissionais já é um ato usual em minha gestão, ago-

ra o próximo passo é o compartilhamento da responsabilidade. Aplicamos aqui um conceito de fé pública, reconhecendo a capacidade técnica de nossos profissionais e permitindo que a equipe da Prefeitura se concentre principalmente nas necessidades municipais”, disse.

O Secretário Municipal de Urbanismo, engenheiro civil Reginaldo Cordeiro, frisou a confiança depositada pela atual gestão nos profissionais e em suas entidades de classe. “As entidades de classe têm direito à voz e ao voto. A principal novidade é a maneira com que estamos concedendo responsabilidade e ao mesmo tempo confiança a estes profissionais”, explicou. “Com este

termo de cooperação, que representa um instrumento de confiança mútua, esperamos que os profissionais atuem com lisura, responsabilidade e profundo conhecimento da legislação vigente”, acrescentou.

Também foram assinados quatro decretos que definem novos parâmetros para a construção na capital paranaense: nº 1020, referente à regularização das edificações em Curitiba; nº 1021, que estabelece normas para estacionamento ou garagem de veículos; nº 1022, que estabelece parâmetros para mezanino, ático, sótão e pé direito das edificações e nº 1023, que dispõe sobre áreas não computáveis estudadas em conjunto com as entidades das áreas da Engenharia. ▶



Foto: Felipe Pasqualini

Aproximação com instituições de ensino

Reuniões em todo Estado intensificam meta de fortalecimento do Colégio de Instituições de Ensino do CREA-PR

Por Daniela Licht

As oito regionais do CREA-PR sediaram em junho a primeira rodada de reuniões do Colégio de Instituições de Ensino. A ação integra a meta anual do Departamento de Relações Institucionais (DRI) de fortalecimento do Colegiado, e teve como resultado mais de 200 coordenadores de curso participantes e a elaboração de mais de 50 propostas com indicação de 50% de aprovação. Entre os assuntos inseridos na pauta dos encontros, a apresentação do funcionamento do DRI, a nova metodologia de formatação de propostas e seu respectivo monitoramento e a programação do XX Fórum de Docentes, programado para outubro deste ano.

“Os coordenadores conheceram os novos produtos elaborados pelo CREA-PR com foco nas instituições de ensino e seus docentes, como o cadastro e atualização eletrônica de cursos, instituições de ensino e egressos, a nova revista técnica e científica, a análise prévia curricular para concessão de atribuições e o serviço de pesquisa de projetos pedagógicos de cursos”, explica o coordenador do DRI, administrador Claudemir Marcos Prattes. “Também iniciamos o processo de planejamento estratégico do CREA-PR na atuação e relações com as instituições de ensino, traçando em conjunto uma análise de cenários que norteará as atividades do Conselho para os próximos anos”.

Para o coordenador dos cursos de Engenharia Mecânica, de Produção e Ambiental e Sanitária da FAE, professor Gilson Paula Lopes de Souza, a reunião teve o propósito fundamental de estabelecer uma postura de integração e apoio às instituições educacionais, indo o CREA-PR muito além de

sua função fiscalizatória e passando a ser também um órgão apoiador. “A agenda foi muito bem definida e precisamente cumprida, com temas de alta relevância definidos para o Fórum dos Docentes, que abrangem aspectos fundamentais para o desenvolvimento do processo educacional, qualificação profissional dos discentes, valorização da carreira docente e a questão da evasão escolar dos cursos de Engenharia”, diz.

Segundo a engenheira civil Janilce dos Santos Negrão Messias, da Comissão de Educação do CREA-PR, a troca de experiências ocorrida entre coordenadores de curso e profissionais do CREA-PR trará clareza e qualidade aos cursos. “Isso faz com que seja cumprido o principal compromisso do Sistema, de proteger a sociedade, neste caso, entendendo e discutindo os meios de formação dos profissionais”, explica. “Entendo que temos que aproveitar estes momentos de discussão para que, com a proximidade dos coordenadores, possamos oferecer cada vez mais um trabalho de qualidade e de suporte às tradicionais instituições de ensino do Paraná, bem como àquelas que, ao expandir suas áreas de ensino, venham fazer parte do Sistema”, conclui. ▶



Foto: divulgação

Reunião em Apucarana



Foto: divulgação

Reunião em Cascavel



Foto: divulgação

Reunião em Londrina



Foto: divul

Reunião em Pato Branco



Foto: divulgação

Reunião em Ponta Grossa

Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação

Os cursos de Engenharia Civil do Campus sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), de Engenharia Civil e Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) foram credenciados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação (Arcu-Sul). Resultado de um acordo entre os Ministros de Educação da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Colômbia, Bolívia e Chile, o sistema – que respeita as legislações de cada País e a autonomia das instituições universitárias – avalia e executa a acreditação de cursos universitários, gerenciado pela Rede de Agências Nacionais de Acreditação, no âmbito do Setor Educacional do Mercosul (SEM).

A proposta é firmar os cursos como mecanismos de reconhecimento de títulos de graduação, facilitando o intercâmbio e a mobilidade na região, estimulando os processos de avaliação para elevar a qualidade educacional e favorecendo a comparabilidade dos processos de formação em termos de qualidade acadêmica.

“A acreditação é uma possibilidade concreta de facilitação das atividades de mobilidade estudantil, permitindo que acadêmicos possam realizar estes processos em quaisquer universidades que mantenham cursos acreditados pelo Arcu-Sul, entre outras vantagens. Não temos ainda a exata extensão das vantagens da acreditação, mas sabemos, todavia, que o diploma dos alunos dos cursos acreditados poderá ser alterado, recebendo a chancela do Sistema Arcu-Sul”, explica o coordenador do curso de graduação em Engenharia Civil do Campus Sede da UEM, engenheiro civil José Luiz Miotto.

“A partir de agora, os países do Mercosul reconhecem a qualidade acadêmica dos diplomas outorgados aos formados pela Universidade. Além da garantia do nível acadêmico e científico, a acreditação estimulará convênios para elevar a qualidade educacional e favorecerá a internacionalização da formação em termos de qualidade acadêmica”, resume a professora Marluce Gonçalves Cortez, coordenadora do curso de Agronomia da UEPG. Mais informações em <http://arcusul.mec.gov.br> ►

Engenheiros ambientais ganham expressividade no mercado

No Brasil, cerca de 14 mil profissionais atuam para contribuir com o desenvolvimento sustentável

Por Ana Maria Ferrarini

A legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas e rigorosas do mundo. Sua estrutura conta com uma série de instrumentos políticos, administrativos e jurídicos para o planejamento, gestão e fiscalização das questões ambientais. No entanto, a aplicabilidade da lei ainda deixa muito a desejar. Neste contexto, a presença do profissional de engenharia ambiental ganha expressividade no sentido de contribuir para a redução dos efeitos adversos causados ao meio ambiente pelas atividades produtivas. Hoje, atuam no País cerca de 14 mil engenheiros ambientais, mais de mil no Paraná, formados por cursos oferecidos em 17 instituições de ensino superior do Estado, ministrados num período de cinco anos.

Com a intensificação das políticas nacionais direcionadas ao meio ambiente e à sustentabilidade, o mercado de trabalho para o engenheiro ambiental está cada vez mais em ex-

pansão. Segundo o engenheiro ambiental Renato Muzzolon, presidente da Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais (APEAM) e diretor de Valorização Profissional da Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais (ANEAM), o maior empregador do profissional ainda é o poder público. “Empresas privadas também possuem demandas nessa área, pressionadas pela legislação, sociedade e consciência sobre a responsabilidade socioambiental da atividade que exerce”, observa. “É um mercado em pleno crescimento e o profissional busca cada vez mais a qualificação para se tornar mais competitivo”, assegura.

Área de atuação

O engenheiro ambiental desenvolve suas atividades com foco na melhoria de processos industriais para minimizar seus impactos ambientais. Atua na pre-

servação da qualidade da água, do ar e do solo a partir do diagnóstico, manejo, controle e recuperação de ambientes urbanos e rurais, realizando estudos de impacto ambiental e propondo soluções que visam ao aproveitamento racional dos recursos naturais. Também é responsável pela elaboração e execução de planos, programas e projetos de gerenciamento de recursos hídricos, saneamento básico, tratamento de resíduos e recuperação de áreas contaminadas ou degradadas.

“O engenheiro ambiental é um dos profissionais mais habilitados para atuar na aplicação das políticas de saneamento básico e resíduos sólidos”, fala Muzzolon. “Por possuir uma formação voltada principalmente aos sistemas de saneamento básico, sua presença é de fundamental importância na equipe multidisciplinar responsável pela elaboração de políticas e planos de resíduos sólidos e recursos hídricos, entre outros”, comenta. A atividade ainda é confundida com a atuação do ecologista e do gestor ambiental. “O ecologista não precisa ter educação formal na área e atua muitas vezes de forma apaixonada pela preservação ambiental. Os gestores ambientais são tecnólogos voltados à aplicação direta de conceitos. O engenheiro ambiental olha o meio ambiente como seu escritório, é onde seu trabalho acontece. É um profissional com formação bastante abrangente, com visão sistêmica e grande capacidade analítica para resolução de problemas. Há espaço para todos no mercado”, finaliza. ▶



Foto: divulgação

Legislação ambiental contribui para o crescimento da profissão

O professor Valdemir Aleixo, coordenador do curso de engenharia ambiental da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) do campus Toledo, avalia que o mercado de trabalho da engenharia ambiental é bastante promissor, pois as questões ambientais são consideradas emergenciais, seja pela aplicabilidade da legislação ou pela percepção e consciência ambiental, que está cada vez mais presente na rotina das organizações. “Mais amplos e abrangentes, esses cursos começaram a surgir no País pela necessidade de melhorar ou manter a qualidade de vida das populações, além de harmonizar aspectos econômicos, sociais e políticos compatíveis com o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas urbanos e rurais. Este é o desafio que se apresenta à engenharia ambiental, vista como um dos mais atuais e relevantes segmentos das Ciências da Engenharia”, explica. Para ele, a legislação ambiental é a força motriz que tem impulsionado o crescimento da profissão no País.

“A necessidade de enquadramento dos processos, produtos ou das organizações dentro dos aspectos legais exigidos e a grande pressão dos clientes por produtos ou processos ‘mais limpos’ contribuem para esse aumento e consolidam a necessidade da intervenção do engenheiro ambiental”, destaca. ►



Foto: divulgação

Mercado de trabalho aquecido para o engenheiro de produção

A engenharia de produção é mais uma área que apresenta crescimento no mercado de trabalho. Fica a cargo deste profissional gerenciar os recursos humanos, financeiros e materiais, visando à ampliação da produtividade da empresa. Em seu cotidiano, une conhecimentos de Administração, Economia e Engenharia para racionalizar o trabalho, aperfeiçoar técnicas de produção e ordenar as atividades financeiras, logísticas e comerciais. Define a melhor forma de integrar mão de obra, equipamentos e matéria-prima, a fim de avançar na qualidade da produção. Para atender a demanda e o interesse pela profissão, as Faculdades Opet disponibilizam no segundo semestre deste ano o curso de engenharia de produção, com duração de cinco anos e período inicialmente noturno. De acordo com o coordenador do curso, professor e engenheiro industrial mecânico Francisco Del Ducca Correa, as disciplinas capacitam o aluno a tratar de forma abrangente as questões fundamentais para a sobrevi-

vência das empresas, como a otimização de processos e a qualidade dos produtos, de forma a agregar valor à cadeia logística das empresas e dos negócios, considerando não só aspectos econômicos, mas também os ambientais e humanos.

“Devido ao perfil multidisciplinar, sólida base matemática, visão para encarar problemas com soluções inovadoras e uso de ferramentas e tecnologias atuais, o mercado de trabalho é amplo e permite a atuação em áreas como finanças, produção, recursos humanos, marketing ou desenvolvimento de produto nos ramos de mecânica, petróleo, química, civil, eletroeletrônico, alimentos, siderúrgico e agroindústria, dentre outros”, explica Correa. ►



Foto: divulgação

Biblioteca do gestor público

Cadernos técnicos da Agenda Parlamentar apresentam conhecimento de forma clara e objetiva

Por Daniela Licht



Foto: divulgação

Fruito do programa Agenda Parlamentar, os cadernos técnicos são ferramentas orientativas elaboradas por especialistas para levar aos gestores públicos conhecimento técnico apresentado de forma objetiva e simples sobre temas de interesse dos municípios. Em 2013, o CREA-PR lançará mais seis temas: prevenção de incêndios, drenagem urbana, cartografia aplicada aos municípios, manutenção e recuperação de pavimento asfáltico, comportamento geotécnico de encostas e proteção contra os efeitos das des-

cargas atmosféricas e interferências eletromagnéticas.

Somados aos 30 títulos já desenvolvidos, a biblioteca representa uma oportunidade de obter informações sobre pontos relevantes que devem ser observados ou priorizados na infraestrutura urbana, tanto na manutenção das obras existentes quanto na execução de projetos para busca de recursos.

Autora do caderno Drenagem Urbana – que versa sobre erosão e cheias, estrutura dos municípios, parâmetros para projetos, custo de obras e cadastro de drenagem, entre outros – a engenheira civil Leoni Lúcia Dal-Prá entende que a função do material é reafirmar a importância e a responsabilidade dos gestores públicos nas ações voltadas às áreas das Engenharias, Agronomia e Geociências, valorizando a atuação dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA. “Através da promoção e divulgação dos cadernos técnicos, o CREA-PR e as entidades de classe desempenham papel fundamental na valorização profissional, além de contribuir de maneira significativa com a melhoria das administrações públicas”, resume. A previsão do lançamento dos novos cadernos é em novembro deste ano. ▶



Foto: divulgação

Cadernos técnicos

- Cartilha de eficiência energética
- Acessibilidade
- Arborização urbana
- Arquitetura e Engenharia públicas
- Prevenção de catástrofes
- Cercas eletrificadas
- Conservação de solos e água
- Construção é coisa séria
- Programas e serviços
- Ideias e soluções para os municípios
- Iluminação pública
- Instalações provisórias
- Licenciamento ambiental
- Licitação 1 – Contratação direta
- Licitação 2 - Aquisição de bens e Contratação Direta
- Licitações e obras públicas
- Mobilidade urbana
- Nossos municípios mais seguros
- Obtenção de recursos
- Produtos orgânicos
- Piscicultura
- Planos diretores
- Inspeção de manutenção predial
- Os profissionais das áreas tecnológicas na gestão municipal
- Programas de qualificação de mão de obra
- Recursos financeiros para os municípios
- Resíduos sólidos
- Saneamento ambiental
- Sistema viário e trânsito urbano
- Uso e reuso da água

Agentes em defesa do exercício profissional

Novos inspetores eleitos contribuem com as atividades do CREA-PR

Por Ana Maria Ferrarini

O CREA-PR acaba de homologar o resultado da eleição de inspetores que deverão cumprir mandato até dezembro do próximo ano. Profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências elegeram 184 inspetores que têm a missão de contribuir para o desenvolvimento das atividades do Conselho e valorizar as profissões. A partir de agora, assumem a posição de articuladores das ações da instituição com à sua comunidade profissional e sociedade civil na qual se inserem. Ao longo do mandato, o inspetor exerce voluntariamente a função de agente público e atua junto a sua comunidade visando à eficiência da ação fiscal em defesa do exercício profissional, zelando pela promoção dos preceitos éticos. “Ao representar o CREA-PR, o inspetor deve ser um observador da conduta ética e administrativa de seus pares. Deve, por exigência legal e moral, estar em dia com suas obrigações e gozar de ilibada reputação. Também passa a participar da formulação, divulgação, implantação e acompanhamento das políticas de interesse profissional”, explica o superintendente do CREA-PR, engenheiro agrônomo Celso Roberto Ritter. Além disso, os 184 novos inspetores devem fazer com que as normas estabelecidas sejam observadas pelos colegas, supervisionar a aplicação e o cumprimento destas normas na prática, avaliar os resultados, observando as peculiaridades da dinâmica local, e sugerir incrementos, melhorias e adequações. “Ao mesmo tempo em que garante a permeabilidade das ações do CREA-PR, o inspetor percebe os anseios da classe profissional e da comunidade onde atua e se relaciona, diminuindo as distâncias e atendendo aos anseios tanto da classe profissional quanto da sociedade em geral”, comenta o presidente da Comissão Eleitoral de Inspectores (CEI) do CREA-PR, engenheiro civil Luiz Hélio Friedrich.

Das 245 vagas disponíveis para o cargo de inspetor, 61 ainda não foram preenchidas e do total de eleitos (184), 85% são homens e 15% mulheres. A posse solene ocorrerá em novembro, durante a realização do XXIII Fórum de Inspectores. ▶



Confira o nome dos eleitos no site www.crea-pr.org.br

“O inspetor representa a presidência do CREA-PR junto aos demais profissionais da sua área de abrangência e tem papel relevante na condução dos assuntos do Conselho, incluindo descentralização, valorização profissional e a consolidação da interiorização”. Engenheiro Agrônomo José Maria V. Rodrigues, inspetor da Regional do CREA-PR de Pato Branco



Foto: divulgação

“O inspetor é um elo forte de ligação entre profissionais, CREA-PR e sociedade como um todo. Isso permite desenvolver uma visão triangular entre a Engenharia na prática, o CREA-PR e seus públicos, melhorando a harmonia entre os atores do Sistema”. Engenheiro agrimensor Alvadi Coelho, inspetor da Regional do CREA-PR de União da Vitória ▶



Foto: divulgação

Greve acaba, mas mobilização continua

Engenheiros da Cohab e Sanepar cruzaram os braços em defesa da valorização profissional e salarial

Por Ana Maria Ferrarini

Foto: divulgação



A greve foi a alternativa encontrada pelos engenheiros da Companhia de Habitação Popular (Cohab) de Curitiba e da Sanepar para obter resultados positivos às suas reivindicações salariais. Depois de alguns dias de braços cruzados, eles suspenderam a paralisação e continuaram as negociações.

De acordo com o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR), os profissionais da Sanepar reivindicam há pelo menos um ano o reenquadramento salarial da categoria. Atualmente, engenheiros recém contratados recebem o mesmo salário que um profissional com muitos anos de casa. Segundo o Senge-PR, a Sanepar teria assumido o compromisso de rever a situação em até um ano, a partir da última convenção coletiva, de maio de 2012. O não cumprimento da proposta motivou a paralisação, a segunda da categoria desde a fundação da empresa.

Os engenheiros da Sanepar aprovaram o acordo coletivo, que prevê cronograma de trabalho para a produção de programa para o reenquadramento salarial, por meio de um grupo de trabalho. O estudo será apresentado à diretoria da empresa e ao Conselho de Administração (CAD) até setembro deste ano, para possível implantação em março de 2014.

“Mesmo com o compromisso anunciado pela Sanepar, continuaremos mobilizados pela valorização profissional”, diz Angela Doubek, engenheira civil da Sanepar.

Salários abaixo do mercado

Os engenheiros da Cohab-Curitiba vivem salários abaixo do mercado, sendo a empresa a única companhia mista do município que não cumpre a aplicação do salário mínimo profissional de Engenharia, estabelecido pela Lei Federal nº 4.950-A, de 1966. O pagamento do piso mínimo das categorias é feito na esfera municipal pelas empresas de economia mista Curitiba S.A., Urbs e Prefeitura Municipal, por meio de gratificações. Nos próximos cinco anos, 10% dos funcionários da empresa estarão em fase de aposentadoria. Além disso, a Cohab vem perdendo quadros pela falta de atratividade à carreira.

Os engenheiros da empresa deliberaram pela assinatura de acordo coletivo de trabalho, condicionado ao cumprimento da revisão da remuneração das categorias até dezembro deste ano. A proposta determina que os engenheiros terão reajuste imediato de salário em 6,95% e o auxílio refeição/alimentação fixado em R\$ 30.

O resultado foi avaliado como positivo, uma vez que a campanha dos engenheiros tem por princípio a isonomia salarial e a valorização profissional.

“As paralisações mostraram a força da categoria, selando compromissos com as empresas para tratar dos pleitos dos engenheiros com o estabelecimento de um cronograma com prazos definidos”, diz o presidente do Senge-PR, engenheiro electricista Ulisses Kaniak. ▀

Creação certificado com Selo ODM

Proposta é reconhecida como fomentadora da educação e do desenvolvimento local

Por Daniela Licht



Foto: divulgação

O curso **Creação Pré-Vestibular**, promovido desde 2009 em parceria entre o CREA-PR e o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), recebeu o Selo ODM, idealizado pelo movimento Nós Podemos Paraná e que desde 2011 certifica empresas, instituições públicas e do terceiro setor que realizam projetos que contribuem para o alcance dos Objetivos do Milênio (ODM) e, consequentemente, para o desenvolvimento local.

O Creação está em sua sexta edição e tem aulas ministradas por cerca de 30 professores voluntários, que ensinam as disciplinas de Matemática, Física, Química, Português (Gramática e Literatura), Inglês, Espanhol, Geografia, História e Biologia. Os voluntários Drayton Roger Lebib, Bruno Kerber e Anderson Prussak são os responsáveis pela coordenação. A iniciativa foi enquadrada no objetivo nº 2, que busca a promoção de Educação para todos.

“O selo reforça o trabalho do Creação alinhado aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, contribuindo com a proposta da educação para todos. Esta é uma

ação muito relevante, que ocorre em nível mundial e tem em 2015 o prazo para o alcance dos indicadores”, explica a geógrafa Cacilda Redivo, responsável pelo Creação no âmbito do CREA-PR.

Para o presidente do IEP, engenheiro civil Cássio José Ribas Macedo, o selo é um reconhecimento ao projeto e à parceria entre o Instituto e o CREA-PR. “O Creação é resultado de um grande esforço e é muito gratificante saber que, além de ajudar jovens a conquistarem o sonho de ingressar em uma universidade, também estamos prestando um serviço à sociedade, ajudando a construir um futuro melhor”, comemora.

Anualmente, o Creação atende de 40 a 60 alunos, que recebem os conteúdos e também contam com o apoio da equipe na escolha da futura profissão. Em 2012, 20 alunos ingressaram no ensino superior, destes, três em universidades particulares com bolsa do PROUNI. Mais informações sobre o Creação podem ser adquiridas no link <http://creajpr.wordpress.com/regulamento-do-creajpr-pr/creacao> ►

Sustentabilidade na construção civil



Foto: divulgação

Dagoberto Waydzik
Engenheiro civil - dwaydzik@hotmail.com

Sustentabilidade significa prover o melhor para as pessoas e para o ambiente no presente e no futuro, ou seja, suprir as necessidades do momento atual sem afetar as gerações futuras. É um termo que possui uma amplitude de uso em todos os setores das atividades humanas. Num projeto de um edifício sustentável, deve-se prever a redução do consumo da água, o reuso de águas pluviais, o uso de chuveiros com temporizadores e também a utilização de materiais ecológicos, que causem o menor impacto ambiental em sua produção. Como exemplos, tijolos de solo-cimento, tintas sem componentes tóxicos, madeiras certificadas ou com ciclo de renovação mais rápido. Os resíduos da construção civil geram um impacto negativo em uma cidade, se não tratados de forma adequada. É fundamental que haja uma reciclagem dos mesmos. É na fase inicial de um projeto que nós, os profissionais do mercado de

Engenharia, partimos de um espaço para trazermos à existência algo real, onde estão as maiores possibilidades para tornar um empreendimento sustentável.

Essas etapas representam um percentual mínimo do custo total do ciclo de vida de uma edificação. Durante os primeiros 50 anos de uso e manutenção, são gastos aproximadamente 80% desse custo. As construções consomem a maior parte de todos os recursos naturais produzidos no mundo.

Essas são verificações simples, que mostram as grandes responsabilidades socioambientais de todos os profissionais envolvidos nesse mercado, mas que ainda são insuficientemente conhecidas.

Há pouco tempo, fazíamos nossa tarefa sem mensurarmos como ela poderia afetar o meio ambiente e a realidade social circundante, e poucos consideravam a plausibilidade de aplicar ações socioambientais aos negócios. Quando muito, como cidadão, sabia-se que deveríamos economizar água, não jogar o lixo na rua, reciclar e reutilizar. Muito pouco, se comparado aos impactos que podemos causar na sociedade, no patrimônio histórico-cultural e no planeta, com o desenvolvimento da construção civil.

A maioria de nós ainda não foi conscientizada nem percebeu essas implicações, mas não há razão para que os construtores sejam retratados como os culpados, inescrupulo-

sos e destruidores da natureza.

Um dos impactos de tudo isso é que o mundo está caminhando para um acelerado aquecimento climático.

É notório que também precisamos considerar aquelas necessidades dos arredores, relacionadas à cidade e às comunidades do entorno onde desenvolvemos nossos projetos, principalmente perante as populações mais carentes. Certamente que o poder público tem grande responsabilidade nesse assunto, e devemos expor e demandar aos agentes governamentais respostas além de combatermos arduamente a corrupção. Contudo, não podemos apenas transferir a responsabilidade e nos isentar de agir dentro das inúmeras possibilidades que temos. Exemplificando, em vez de construirmos muros altos com cercas eletrificadas, deveríamos aplicar esses mesmos recursos no desenvolvimento das comunidades carentes próximas e provavelmente teríamos retornos muito melhores desses investimentos, principalmente na minoração da violência urbana.

Somos conhecedores que qualquer ação empresarial deve ser alicerçada na viabilidade econômica.

É salutar pensarmos na permuta do lucro máximo, orientado apenas pelos resultados financeiros demandados pelos investidores, pelo conceito de lucro bom, isso sim, é colaborar na manutenção daquilo que é recurso indispensável a todos: a vida. ▶

Pequena Central Hidrelétrica

CAVERNOSO II



MAIS **ENERGIA** PARA
O **PARANÁ** CRESCER



PÓS-GRADUAÇÃO IPOG

O MERCADO VAI DISPUTAR VOCÊ

Auditoria, Avaliações & Perícias de Engenharia

CURITIBA 47ª TURMA BRASIL

Última oportunidade de ingresso na turma recém inaugurada!



MBA Gestão de Projetos em Engenharias e Arquitetura

CURITIBA E LONDRINA 35ª TURMA BRASIL

MBA Projeto, Execução e Controle de Estruturas & Fundações

CURITIBA 21ª TURMA BRASIL

Master em Arquitetura & ILUMINAÇÃO

CURITIBA, LONDRINA E CASCAVEL

AULAS 100% PRESENCIAIS EM UM FINAL DE SEMANA POR MÊS

APOIO:



Valores Diferenciados p/ Associados

IPOG

CURITIBA (DDD 41) Tim 9655-7756 / Vivo 9246-5541
Claro 8821-8788 / Oi 8406-1545 / 3203-2899 / 3203-2884

LONDRINA (DDD 43) Tim 9957-9372 / Vivo 9188-0736
Claro 8853-4898 / Oi 8483-9131 / 3351-2377

www.ipog.edu.br | parana@ipog.edu.br

Facebook / IpoGPOG

Twitter.com/IPOG

YouTube.com/user/ipogbrasil

LinkedIn.com/company/ipoG

pt.foursquare.com/ipog